

**História e Ficção n' *O Sal da Terra*:
a trajetória de Padre Antônio Vieira à luz
de Miguel Real**

**Versão Final após defesa
Ana Paula Pernambuco Oliveira**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Estudos Lusófonos
2º ciclo de estudos

Orientadora: Professora Doutora Carla Sofia Gomes Xavier Luís
Coorientador: Professor Doutor Alexandre António da Costa Luís


Janeiro 2024

Declaração de Integridade

Eu, Ana Paula Pernambuco Oliveira, que abaixo assino, estudante com número de inscrição M9976 de Estudos Lusófonos da Faculdade de Artes e Letras, declaro ter desenvolvido o presente trabalho e elaborado o presente texto em total consonância com o **Código de Integridade da Universidade da Beira Interior**.

Mais concretamente afirmo não ter incorrido em qualquer das variedades de Fraude Acadêmica, e que aqui declaro conhecer, e que em particular atendi à exigida referência de frases, extratos, imagens e outras formas de trabalho intelectual, e assim assumo na íntegra as responsabilidades de autoria.

Universidade da Beira Interior, Covilhã, 11 de janeiro de 2024.



Agradecimentos

Dirijo o meu agradecimento a todos aqueles que contribuíram para o meu percurso académico, principalmente aos professores dedicados e tão queridos que tive durante a Licenciatura, no Brasil, e agora na UBI, aqui em Portugal. Com a UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), iniciei esta trajetória na área das Letras e foi também através desta grande instituição que desenvolvi competências que me permitiram ingressar no Mestrado em Estudos Lusófonos numa Universidade de excelência em Portugal.

Agraço imensamente aos meus orientadores, Prof.^a Dr.^a Carla Sofia Gomes Xavier Luís e Prof. Dr. Alexandre António da Costa Luís, pela disponibilidade e apoio durante estes dois anos em que estivemos a trabalhar neste projeto. Agradeço, igualmente, ao ensaísta/escritor Miguel Real a generosidade da partilha, a disponibilidade para responder às questões que conformam a entrevista presente nesta obra e que muito contribuiu para o esclarecimento de certas questões e, por conseguinte, para o processo de pesquisa e de redação.

Resumo

A presente Dissertação aborda, de modo geral, a trajetória de uma figura incontornável da cultura portuguesa, Padre Antônio Vieira, à luz da obra *O Sal da Terra*, da autoria do ensaísta/escritor português contemporâneo Miguel Real. Como é apanágio de qualquer trabalho científico, definimos certos conceitos operatórios necessários à execução do presente trabalho, de onde destacamos, a título exemplificativo, o de História, o de Ficção, e o de Metaficção, o de Romance Histórico, o de Barroco e outros relacionados com certas categorias da narrativa. Com efeito, utilizamos *O Sal da Terra* como *corpus* principal para a análise levada a cabo que foi sustentada por literatura especializada. Usufruímos ainda de uma entrevista que o ensaísta/escritor teve a gentileza de nos conceder e que se revelou muito proveitosa para compreendermos como se dá a construção do imaginário português contemporâneo através deste personagem que tem grande relevância quer na história e na literatura de Portugal quer na do Brasil.

Palavras-chave

Padre Antônio Vieira, Miguel Real, *O Sal da Terra*, Literatura Portuguesa, Barroco, Romance Histórico, Metaficção, Memória

Abstract

This Dissertation addresses, in general, the trajectory of an unavoidable figure in Portuguese culture, Padre Antônio Vieira, in the light of the work *O Sal da Terra*, written by contemporary Portuguese essayist/writer Miguel Real. As is an attribute of any scientific work, we have defined certain operational concepts necessary for the execution of this work, from which we highlight, the exemplary title, History, Fiction, and Metafiction, Historical Romance, Baroque and others related to certain categories of the narrative. In effect, we used *O Sal da Terra* as the main *corpus* for the analysis carried out, which was supported by specialized literature. We also enjoyed an interview that the essayist/writer was kind enough to give us and which proved to be very useful in understanding how the contemporary Portuguese imaginary is constructed through this character who has great relevance both in the history and literature of Portugal and in from Brazil.

Keywords

Padre Antônio Vieira, Miguel Real, *O Sal da Terra*, Portuguese Literature, Baroque, Historical Romance, Metafiction, Memory

Índice

Agradecimentos	v
Resumo	vii
Abstract	ix
Introdução	13
Capítulo I - A Narrativa Portuguesa Contemporânea	17
1.1 O percurso histórico da literatura pós-moderna: breves apontamentos.....	17
1.2. O Romance Histórico e seus desdobramentos.....	20
1.3 O limiar entre História e Ficção	24
1.4 A Metaficção	30
1.5 A construção da narrativa: narrador, discurso, sujeito e focalização	36
1.6 <i>O Sal da Terra</i> : narrador heterodiegético e onisciente.....	40
Capítulo II - A História dentro da Ficção n' <i>O Sal da Terra</i>	44
2.1 A construção da identidade portuguesa e a importância de Padre Antônio Vieira	44
2.2 Os mitos por trás da glória e a catequização dos indígenas... ..	46
2.3 Padre Antônio Vieira: a personalidade histórica	49
2.4 A construção do Barroco brasileiro e a influência de Vieira.....	52
2.4.1 Os sermões... ..	58
Capítulo III - A construção do imaginário português	63
3.1 A constituição da imagem de Portugal: características tradicionais	63
3.2 Memória, História e Ficção: a permanência de Vieira no tempo.....	64
3.3 Padre Antônio Vieira: o mito português do século XXI... ..	67
Conclusão	71
Referências Bibliográficas	73
Apêndice - Entrevista a Miguel Real	77

Introdução

Nascido em 1953, Miguel Real, pseudônimo literário de Luís Martins, cuja premiada obra tem vindo a ser objeto de variadíssimos estudos¹, dissertações², congressos nacionais e internacionais³, exposições⁴, entre outros destacados eventos, é efetivamente um dos grandes vultos da cultura portuguesa contemporânea e uma figura de renome internacional.

Através de suas premiadas obras, que vão do ensaio (cultura portuguesa e filosofia) à ficção (romances e peças de teatro), Miguel Real “tem vindo a contribuir para o conhecimento aprofundado de Portugal e dos modos de estar e de ser português, desde os séculos XV e XVI até à atualidade”⁵, conforme salienta Carla Sofia Luís. Com foco na história (passada e atual) da sociedade portuguesa, o autor dá conta de conceitos, e dos mencionados modos de *ser* e de *estar* basilares deste país lusófono, abordando ainda temas que influenciam, inclusive, outras culturas, e vice-versa, como é o caso da brasileira. Uma vez que Miguel Real revela um fascínio pelo Brasil, em geral, e por Padre Antônio Vieira, em particular, pareceu-nos interessante estudarmos *O Sal da Terra* (2005), obra redigida após o ficcionista em análise ter percorrido o itinerário do Padre Antônio Vieira no Brasil, uma vez que, em 2001, recebeu a Bolsa do Programa *Criar Lusofonia*. De resto, pela leitura da badana da contracapa desta obra, podemos inclusive

¹ Veja-se, a título de exemplo, “Requiem para uma ideia de nação: A morte de Portugal de Miguel Real”, por José Eduardo Reis, 2009
“Miguel Real e as narrativas históricas do ciclo brasileiro: as ficções do Império e as imagens do Brasil colonial”, por Cândido Oliveira Martins, 2013
“Língua Portuguesa e Lusofonia em Miguel Real”, por Carla Sofia Gomes Xavier Luís, 2016
“Para uma Leitura de Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa, de Miguel Real”, por Carla Sofia Gomes Xavier Luís, 2017 e 2019
“O Pensamento de Miguel Real: Portugal entre a Europa e a Lusofonia”, Dissertação de Mestrado, por Vítor Joaquim Neves Fernandes, 2017
“Para uma Leitura de Cadáveres às Costas, de Miguel Real”, por Carla Sofia Gomes Xavier Luís, 2018.

² Veja-se, a título de exemplo, a Dissertação de Mestrado de Vítor Joaquim Neves Fernandes, intitulada *O Pensamento de Miguel Real: Portugal entre a Europa e a Lusofonia*, que foi apresentada em 2017 para o curso de Mestrado em Português Língua Não Materna (PLNM): Português Língua Estrangeira (PLE) e Língua Segunda (PL2), da Universidade do Minho.

³ Cf., a título de exemplo, a página do *COLÓQUIO INTERNACIONAL – MIGUEL REAL – Literatura, Filosofia, Cultura* (7 e 8 de novembro de 2018), <http://www.labcom-ifp.ubi.pt/miguelrealcoloquio/> ou <http://www.labcom-ifp.ubi.pt/files/miguelrealcoloquio/>.

⁴ Cf., a título de exemplo, *Miguel Real – 40 Anos de Vida Literária*, Ciclo de Homenagem, Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço [Guarda], Exposição / Colóquios / Teatro (outubro-dezembro de 2019), disponível em <https://labcom.ubi.pt/ciclodehomenagemMiguelReal/> <http://labcom.ubi.pt/ciclodehomenagemMiguelReal/homenagem-miguel-real.pdf> (acesso em 15-03-2021).

⁵ Luís, Carla Sofia Gomes Xavier (2018). Para uma Leitura de Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa, de Miguel Real. in Revista TriploV. Série Gótica. Primavera 2019, disponível em <https://triplov.com/revistaTriplov/para-uma-leitura-de-tracos-fundamentais-da-cultura-portuguesa-de-miguel-real/>, (acesso em 21/11/2020), s/l, p.3.

perceber que este seu gosto pelo Brasil se espelhou inclusive em outras obras, senão vejamos: “*O Sal da Terra* faz parte de um ciclo de seis romances dedicados ao império português no Brasil”⁶. Parece-nos que esta obra de enorme fôlego selecionada, que possui 333 páginas, é mais do que suficiente para um trabalho desta natureza, dissertação de Mestrado, onde buscamos navegar nesse mar hermenêutico nem sempre linear onde a ficção se veste de história e a história é reinventada, recontada, tantas vezes apresentada do avesso, pela ficção, ao sabor da já anunciada metaficção. Assim, ao escolhermos *O Sal da Terra*⁷ (2005), teremos por base a análise dicotômica entre *história* e *ficção* a partir da figura de Padre Antônio Vieira, ímpar protagonista de momentos lapidares da história e da cultura luso-brasileira.

Recorde-se que, com a publicação d’ *O Outro e o Mesmo*, em 1979, e ainda com seu nome de batismo, o ficcionista em estudo deu início a um grande grupo de romances históricos, que o tornariam conhecido nos quatro cantos do mundo. E, dentro deste gênero, algumas de suas criações voltaram-se, a título de exemplo, para a história e para a cultura de Portugal, destacando figuras basilares (Padre Antônio Vieira, Eça de Queirós, José Saramago, entre tantas outras), certas vezes envergando a sua voz em tom de crítica e mostrando o lado não tão amável do que significa *ser português*. Tal como Carla Luís refere, através do romance histórico, Miguel Real “efetua uma recuperação da História de Portugal, um acertar de contas para «percebermos o que Portugal fez de mal e de bom»”⁸. Recorde-se que, tal como Linda Hutcheon explica, “the postmodernist ironic rethinking of history is definitely not nostalgic”⁹.

Ora, no livro *O Sal da Terra* (2005), objeto de estudo deste trabalho de pesquisa, o personagem principal, Padre Antônio Vieira, apresenta um discurso muitas vezes subversivo para a época (século XVII) e surge como forma de crítica e de resistência diante das situações abusivas cometidas por Portugal e pela Igreja Católica naquele período. Diante disso, torna-se evidente, também, a história da colonização do Brasil, que é narrada através da trajetória de Vieira, fazendo com que esta dissertação acabe por abordar, de maneira geral, a história luso-brasileira dos anos 1600.

Por outro lado, tendo por base as características temáticas e estruturais mencionadas anteriormente, a obra em análise enquadra-se no gênero do romance

⁶ Miguel Real. (2008). *O Sal da Terra*. Lisboa: *QuidNovi*.

⁸ Carla Sofia Gomes Xavier Luís. (2016). Língua Portuguesa e Lusofonia em Miguel Real, in Alexandre António da Costa Luís; Carla Sofia Gomes Xavier Luís & Paulo Osório (Org.), *A Língua Portuguesa no Mundo: passado, presente e futuro*. Lisboa: *Edições Colibri e Universidade da Beira Interior*, p. 59-60.

⁹ Linda Hutcheon. (1991). *The Politics of Postmodernism*. London: Routledge, p. 39.

histórico, desta feita, revestido de traços pós-modernos, de onde destacamos a *metaficção*. Em virtude disso, Miguel Real não pode ser considerado apenas o criador da obra, mas deve ser visto como alguém capaz de promover mudanças sociais através da reflexão que leva seus leitores a fazerem a respeito do que é abordado no livro.

Sob esse viés, o retorno ao passado do século XVII traz à tona elementos importantes para a cultura portuguesa, e brasileira também, pois desmistifica a ideia de que tal período foi apenas de glória para ambos os lados; ao contrário, mostra as feridas de uma época que demoraram muitos anos para cicatrizar e que têm consequências até aos dias de hoje, além de trazer um personagem tão importante para a literatura desses dois países lusófonos.

Portanto, por ser uma obra de caráter reflexivo e que necessita do leitor, que fará sua própria interpretação acerca do tema, acabando a obra, em jeito de Umberto Eco¹⁰, esta dissertação levará em consideração a perspectiva do autor, elucidada através de uma entrevista feita exclusivamente para este trabalho (vide Apêndice) e com grande generosidade por parte de Miguel Real, além da nossa visão crítica como leitoras da obra. Enfim, para que seja feita uma análise a partir da comparação entre *história* e *ficção*, com base na figura de Padre Antônio Vieira e em sua trajetória apresentada na obra *O Sal da Terra*, necessitamos naturalmente de partir de alguns conceitos teóricos, de onde destacamos o de pós-modernismo, onde encontramos a metaficção, árbitro que permite o fluir deste jogo entre realidade e ficção. Para tal, socorremo-nos de bibliografia especializada sobre cada um dos tópicos em análise. No que concerne à metodologia, larga fatia do trabalho científico assentou em orientações empíricas hermenêuticas adaptadas aos desafios do tema e assentes em referencial teórico e bibliográfico. Nesta nossa tentativa de cumprirmos o desiderato aventado, refira-se que o método analítico ocupou, ao lado de outros, como o dedutivo-indutivo e até o comparativo, um papel preponderante.

¹⁰ Como é sabido Umberto Eco concebe o texto como: “[...] mecanismo preguiçoso (ou económico) que vive da mais-valia de sentido que o destinatário lhe introduz, e só em casos de extrema pedanteria, de extrema preocupação didascálica ou de extrema repressão, o texto se complica com redundâncias e especificações ulteriores – ao ponto de violar as regras normais de conversação”³⁹⁷. Umberto Eco, *Leitura do Texto Literário. Lector in Fabula*, p. 55. Eco considera o texto “uma máquina preguiçosa que descarrega grande parte do seu trabalho sobre o leitor”⁴⁰¹, cabendo a este último a tarefa de actualizar “uma cadeia de artifícios expressivos”⁴⁰² do texto, de forma a completar o seu sentido. *Leitura do Texto Literário. Lector in Fabula: a Cooperação Interpretativa nos Textos Literários*, trad. Mário Brito, 2.^a ed., Lisboa, Editorial Presença, 1993.

Importa ainda salientar que a importância de Padre Antônio Vieira é de tal envergadura que continua a inspirar vários títulos da literatura portuguesa contemporânea, de onde destacamos os redigidos por Miguel Real, a saber: (i) *Vieira – O céu na terra* (2008), que é um gênero teatral em homenagem aos 400 anos de nascimento desta figura; (ii) *Padre Antônio Vieira e a Cultura Portuguesa* (2008), que aborda a vida política e religiosa do padre, com referências ao ideal do Quinto Império; além de *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa* (2017), por exemplo, que, tratando a temática da cultura portuguesa, não podia deixar de mencionar esta pessoa icônica, sem esquecermos da obra em análise: *O Sal da Terra*.

Desse modo, a escolha do tema deu-se principalmente pela notória relevância que o autor apresenta para as culturas brasileira e portuguesa. E usando também como base a premissa de que a especialização que frequento aborda os estudos lusófonos de forma geral, acreditamos que a figura de Padre Antônio Vieira representa muito bem a cultura lusófona de dois grandes países que fazem parte da CPLP e que, particularmente, são importantes para a minha trajetória acadêmica, pois no Brasil iniciei os estudos na área das Letras e aqui, em Portugal, pude dar continuidade aprofundando mais a pesquisa e mergulhando na Literatura.

A presente dissertação, portanto, intitulada *História e Ficção n' O Sal da Terra: a trajetória de Padre Antônio Vieira à luz de Miguel Real*, do ponto de vista estrutural, além do resumo, da introdução, da conclusão, apresenta-se estruturada em três capítulos que, por sua vez, se encontram divididos em subcapítulos. Concretamente, no primeiro capítulo, abordamos os conceitos operacionais manejados ao longo do trabalho, como o pós-modernismo, o romance histórico, o par história-ficção, metaficção e a construção do sujeito e do narrador. No segundo capítulo, aprofundamos estes conceitos com base nos elementos de construção da identidade portuguesa e, conseqüentemente, de Vieira, através dos mitos da época e o tema do Barroco, período histórico que marcou profundamente a literatura desses dois países lusófonos. Por fim, no terceiro capítulo temos a *Memória* como conceito principal, o qual permitirá compreender a influência e a permanência desse personagem durante todos esses anos.

Capítulo I

A Narrativa Portuguesa Contemporânea

1.1. O percurso histórico da literatura pós-moderna: breves apontamentos

O período chamado de pós-modernismo, segundo Linda Hutcheon, geralmente é caracterizado pela forte presença da intertextualidade e da autorreflexão. Concomitantemente, a citada autora adverte ainda que, para nos aproximarmos de um significado coerente e consistente, é necessário considerar que há algo a mais nesta definição, ou seja: “an equally self-conscious dimension of history”¹¹. Isso significa que o passado está sempre presente nas relações pós-modernas e, quando se trata da ficção, esta deveria ser utilizada para descrever a própria ficção, que em sua concepção é metaficcional e histórica.

Ainda segundo Hutcheon, “The postmodern relationship between fiction and history is an even more complex one of interaction and mutual implication”¹². A metaficção historiográfica, nesse sentido, tem por objetivo estar inserida em um discurso que é histórico, mas sem abandonar sua autonomia como ficção. A intertextualidade se dá, portanto, através da incorporação do passado do mundo e do passado da literatura, que atuam como elementos estruturais importantes daquilo que deve ser uma espécie de marca formal da história, o que tem direta relação com o conceito de paródia textual que a autora também destaca, senão vejamos:

“The intertextual parody of historiographic metafiction enacts, in a way, the views of certain contemporary historiographers [...]: it offers a sense of the presence of the past, but this is a past that can only be known from its texts, its traces-be they literary or historical. Clearly, then, what I want to call postmodernism is a paradoxical cultural phenomenon, and it is also one that operates across many traditional disciplines”¹³.

Esse paradoxo está ao lado de uma situação de ironia, pois, de acordo com Hutcheon, o próprio termo “pós” já indica uma relação com o próprio passado,

¹¹ Linda Hutcheon. (1989). *Historiographic metafiction parody and the intertextuality of history*. Johns Hopkins University, p. 3.

¹² *Idem, Ibidem*, p. 4.

¹³ *Idem, Ibidem*, p. 4.

geralmente marcando diferenças entre esses dois momentos. Contudo, o eco de intertextualidade existente serve para afirmar, de maneira textual, a conexão que há com o passado em questão. Ademais, quando o passado se refere a um período literário, a definição não pode ser mais pós-moderna, sendo caracterizado como um elemento do modernismo. Desse modo,

“what is both instated and then subverted is the notion of the work of art as a closed, self-sufficient, autonomous object deriving its unity from the formal interrelations of its parts. In its characteristic attempt to retain aesthetic autonomy while still returning the text to the "world," postmodernism both asserts and then undercuts this formalistic view. But this does not necessitate a return to the world of "ordinary reality," as some have argued (Kern 216); the "world" in which the text situates itself is the "world" of discourse, the "world" of texts and intertexts.”¹⁴

O “mundo” citado pela autora está diretamente ligado à realidade empírica, entretanto, não é em si uma realidade empírica; é apenas a representação do real através de uma forma que não é, de fato, o próprio real. Por isso, Hutcheon também afirma que o pós-moderno é autoconsciente, no sentido de saber que é histórico e é literário, indicando que há grande pluralidade dentro desse tipo de contexto e de produção literária.

Outra especialista no assunto, Ana Paula Arnaut, também salienta a dificuldade em definir o termo, tanto que utiliza *pós-modernismo* e *pós-modernidade* como se fossem expressões sinônimas, para se referir tanto à literatura quanto à determinada época histórica e social. Para ela, é importante definir que tipo de relação existe com o passado: se é de continuidade, de ruptura ou, de repente, dos dois tipos. Apenas assim seria possível haver um conceito mais perto da realidade do termo.

Em relação à própria expressão, Arnaut afirma que, dentro da Língua Portuguesa, há um consenso ao instituir o início desse movimento/período com a publicação da obra *O Delfim* (1968), de José Cardoso Pires, porque “é nas páginas deste romance que confluem, ainda que por vezes em embrião, as principais marcas estéticas, e também ideológicas, do que, na esteira do movimento originário dos Estados Unidos, se consubstancia como uma diferente maneira de fazer e de entender a arte literária”¹⁵. Nessa perspectiva, ao que ela chama *nova literatura*, passa a ser percebida a presença de elementos importantes, como a polifonia narrativa, a metaficção, a fragmentação

¹⁴ *Idem, Ibidem*, p. 6.

¹⁵ Ana Paula Arnaut. (2010). Post-Modernismo: o futuro do passado no romance português contemporâneo. *Via Atlântica*, (17), p. 130.

narrativa, a confluência de certas fronteiras, a mistura de gêneros e a fluidez genológica. E, assim como Hutcheon, Ana Paula Arnaut destaca a paródia como elemento utilizado para a recuperação do passado e como recurso que deslegitima as grandes narrativas. Porém, vale ressaltar que não há desvirtuação pela paródia na obra *O Sal da Terra*.

Todavia, ao contrário do que a maioria dos especialistas usa, Arnaut prefere utilizar o prefixo “post” no lugar de “pós”, visto que o primeiro traduz-se como algo que surge depois, ou seja, indica de forma mais direta a ruptura com aquilo que o precede, em oposição ao que ocorre ao prefixo latino, que “sugere-nos uma amplitude relacional com vários passados que, de modo diverso, ecoarão no futuro que é, agora, o nosso presente”¹⁶. Ademais, a autora afirma que a expressão “post-modernismo” deveria estar no plural (“post-modernismos”), na medida em que a escrita dar-se-á de diversas maneiras, de acordo com as intenções de cada autor. Mas, deixando este debate para um lugar mais apropriado, até porque não é determinante para o presente trabalho, destacamos, desta feita, as quatro características típicas do pós-modernismo que Ana Paula Arnaut salienta na já mencionada obra¹⁷ e que nos serão úteis ulteriormente, em especial, a metaficção, como já se percebeu: a fluidez genológica (“dificuldade em catalogar as obras”¹⁸), o discurso polifônico (“incorporação de diversos discursos, estratégia visível na relação estabelecida com as artes”¹⁹), a fragmentação narrativa (“falta de linearidade que conduz ao estilo ziguezagueante”²⁰) e a metaficção (“apresentação de uma nova versão dos factos históricos tidos como certos”²¹). Procuraremos, mais adiante, encontrar laivos destas características na obra em análise.

Segundo Maria de Fátima Marinho, o pós-modernismo das últimas décadas faz “reviver o entusiasmo por um passado que não está terminado, mas que se constrói em cada acto de escrita (na esteira de *Terra Nostra*, de Carlos Fuentes), numa tentativa de desconstrução, no sentido que Derrida lhe imprime”²². Deste modo, o permanente jogo de múltiplos espelhos e de diversos ritmos de leitura, ao proporcionar o surgimento de histórias paralelas, põe em xeque certos dados históricos “até então aceites sem vacilar”²³. Tal como já mencionamos, neste exercício que nos propomos realizar,

¹⁶ *Idem, Ibidem*, p. 131.

¹⁷ Cf. Ana Paula Arnaut, *Post-Modernismo no Romance Português Contemporâneo. Fios de Ariadne. Máscaras de Proteu*, p. 17.

¹⁸ Carla Sofia Gomes Xavier Luís. (2011). *Língua e Estilo: um estudo da Obra Narrativa de Mário Cláudio*. Vila Real: Centro de Estudos em Letras da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, p. 216. (Esta autora estuda as quatro características do pós-modernismo à luz do escritor contemporâneo Mário Cláudio)

¹⁹ *Idem, Ibidem*, p. 216.

²⁰ *Idem, Ibidem*, p. 217.

²¹ *Idem, Ibidem*, p. 217.

²² Maria de Fátima Marinho. (1999). *O Romance Histórico em Portugal*. Porto: Campo das Letras, p. 37.

²³ *Idem, Ibidem*, p. 43.

buscamos encontrar exemplos de reescrita da história e daremos também conta do reverso da medalha, ou seja, de momentos documentados com fontes.

Entretanto, o fato de haver uma releitura do passado dentro do que é o pós-modernismo não significa que ocorra obrigatoriamente a extinção das práticas tradicionais, ainda que *a boa escrita* seja, muitas vezes, substituída por uma forma subversiva da linguagem e da própria estrutura narrativa. Isso pode acontecer através das diversas fragmentações presentes no texto, por exemplo, ou até da intenção do autor ao usar véus que não deixam essa subversão ser tão explícita. O que sucede, de fato, é simplesmente a existência da não obrigatoriedade de seguir determinada norma nas narrativas que são escritas; a liberdade e a autonomia, então, prevalecem.

Dentro dessa concepção, a paródia torna-se um elemento fulcral para o pós-modernismo, pois servirá para contrapor realidades distintas, dentro do que é chamado de “mundo” por Hutcheon e aquilo que é propriamente a literatura. Portanto, o pós-modernismo, sob a ótica apresentada neste estudo, poderia ser considerado um período de transição entre aquilo que já passou e algo que está, neste momento, ainda em construção.

1. 2. O Romance Histórico e seus desdobramentos

Servem de mote inaugural deste subcapítulo as próprias palavras de Miguel Real usadas no âmbito de uma recensão crítica realizada a uma obra publicada pelo escritor contemporâneo João Morgado, onde, a dada altura, explica o que entende por romance histórico contemporâneo. Ora ouçamos as suas ideias:

“Como Saramago apontou aqui, no JL [...] existem duas opções para o romancista histórico, «uma, [narrativamente] discreta e respeitadora, que consistirá em reproduzir ponto por ponto os factos conhecidos sendo a ficção mera servidora de uma fidelidade que se quer inquestionável; a outra, ousada, levá-lo-á [ao romance histórico] a entretecer dados históricos não mais que suficientes a um tecido ficcional que se manterá predominante»²⁴”.

Seguindo essa perspectiva, quando se trata de um gênero de ficção, o autor de um romance histórico precisa buscar dados verídicos acerca dos fatos que pretende narrar, por vezes escassos, além de preencher as lacunas existentes, recriando um determinado

²⁴ Miguel Real. (2019). “João Morgado: os limites do Humano”, s/l, in *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, p. 20.

momento histórico. Desse modo, segundo Cândido de Oliveira Martins: “genericamente, o escritor lança mão de variadas fontes de informação, da História à própria criação literária, enquanto testemunha de uma época; e, em alguns casos [...] pretende afrontar a História e certas visões mais ou menos questionáveis, contrapondo a luminosa verdade ficcional à verdade histórica”²⁵.

Deste feita, fica evidente que os efeitos sarcásticos, burlescos de algo sério, que funcionam como desprestígio da memória de uma personagem ou da história de que se reveste a paródia são um fator pós-moderno que não se aplica à obra de Miguel Real. Quer seja numa relação de fidelidade à História, quer seja em abono da ficção que se manterá predominante, o romance histórico de Miguel Real não desvirtua pela paródia o texto original. Toda a obra do romancista ou do ensaísta é um hino prestigiador da memória, da identidade e da história.

Neste sentido, para que um romance seja classificado como histórico, não basta fazer referência a episódios verídicos ou que esteja ambientado em um momento histórico ou em algum período do passado. Seguindo essa percepção, de acordo com Cosson e Schwantes, para que seja considerado um romance histórico, é necessária a “presença da história como parte constitutiva da obra, isto é, a certeza de que sem a presença daqueles personagens que são pessoas e sem os episódios conhecidos como históricos o romance seria outro”²⁶.

Vale ressaltar que historiador e romancista têm papéis muito distintos em relação àquilo que é escrito; para o primeiro, é essencial relatar os fatos e acontecimentos com base em dados comprovados, e o segundo contenta-se em aceitar a interpretação do historiador como verdadeira e, a partir dela, acrescenta personagens e ações mais voltados para seus impactos nas relações pessoais dos personagens, por exemplo.

Observamos ainda outra informação relevante a respeito da definição de um romance histórico à luz de Cosson e Schwantes, que subdividem este gênero em três tipos com características específicas. A primeira modalidade seria o romance onde há “simultaneamente a narrativa da vida de um indivíduo e a reflexão histórica necessária para entendê-la”²⁷, como ocorre na obra *A Guerra dos Mascates*, do escritor brasileiro José de Alencar. Nela, é retratado o conflito existente entre senhores de engenho e comerciantes (os mascates) nas regiões de Olinda e Recife, situadas no estado brasileiro de Pernambuco, além de abordar temas políticos importantes para a época e de trazer o caráter nacionalista como elemento-chave na construção do enredo.

A segunda categorização diz respeito ao romance histórico revisionista, que consiste numa troca recíproca entre literatura e história, ambas tendo suas verdades e valores mutuamente legitimados, ou seja, a história é reescrita através da ficção. Desse

modo, é possível perceber que em muitos momentos os dois lados da fronteira se reúnem e se confundem, simplesmente pelo fato de possuírem o mesmo objetivo, não havendo, portanto, “espaço para se discutir as diferenças ou as semelhanças entre a literatura e a história, uma vez que predomina o acordo tácito de equivalência na certeza do valor e da verdade de cada discurso”²⁸. Outra característica que possui grande relevância é a temática política, que costuma ser bem determinada num texto dessa tipologia, porém, esse viés também agrega valores negativos, visto que, muitas vezes, fica restrito à humanização de um herói histórico em virtude de se seguir os ideais do autor e não propriamente uma nova interpretação do evento histórico em si. Por fim, os autores indicam um terceiro tipo de romance histórico: a metaficção historiográfica. Nesse gênero, a narrativa não é mais dividida entre história e ficção, pois “a verdade da história passa a ser plural e o romance se ocupa dos limites de toda e qualquer representação”²⁹. Isso significa que literatura e história são identificadas como construções discursivas e, por esse motivo, possuem um caráter reflexivo acentuado no que diz respeito ao uso da subjetividade, à presença de determinada ideologia e, inclusive, às regras e convenções narrativas.

Na metaficção historiográfica, as contradições (Hutcheon, 1991: 121) são deliberadamente irresolutas, sem surpresa, desígnio de todas as metanarrativas, instaurando-se não só a dúvida mas também a tendência paródica que denuncia a rejeição das verdades tradicionalmente conhecidas nos compêndios de História. Quer isto dizer que os romances históricos contemporâneos são lidos através de uma lente, por assim dizer, metaficcional muito distante do que era observável nos romances ditos tradicionais, posto que subvertem a história, fazendo uma releitura do passado, apresentado novas perspectivas, diferentes ângulos, ou trazendo à claridade o que ficou por dizer ou até mesmo algumas verdades que se encontravam escondidas.

De facto, à luz da metaficção, a relação entre história e ficção pode ser estabelecida de diversas formas, “inclusive pela dissonância ou desarmonia”³⁰, como nos ensina o próprio Miguel Real, agora no papel de ensaísta, dando o exemplo de José Saramago, concretamente na obra *História do Cerco de Lisboa*, e de Lobo Antunes, evocando *As Naus*, e explicando que, nestes casos, a dissonância remete a Ficção não para um papel mimético (próprio do romance histórico tradicional), mas para um papel iluminador dos sentidos da História. Miguel Real, citando José Saramago, concretiza as duas opções possíveis para o romancista histórico contemporâneo: uma mais discreta e que respeita

²⁸ *Idem, Ibidem*, p. 34.

²⁹ *Idem, Ibidem*, p. 35.

³⁰ Miguel Real. (2019). “João Morgado: os limites do Humano”, s/l, in *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, p. 20.

“ponto por ponto os factos conhecidos, sendo a ficção mera servidora de uma fidelidade que se quer inquestionável; a outra, mais ousada, levá-lo-á [ao romance histórico] a entretecer dados históricos não mais que suficientes a um tecido ficcional que se manterá predominante”³¹.

Importa destacar que, n’ *O Sal da Terra*, obra que estudamos no presente trabalho acadêmico dedicada a um enorme vulto da cultura portuguesa, Miguel Real segue no trilho dos dados documentais, aproximando-se bastante do primeiro tipo de romance que acima se define, não deixando, no entanto, de apresentar outras leituras menos factuais. Apesar de nos depararmos vastas vezes com acontecimentos factuais daquela época, não deixamos de assistir a certas denúncias e desconstrução de arquétipos que somente a ficção permite desvelar.

Conforme destaca Maria Luísa de Castro Soares, na recente obra dedicada aos 40 anos de escrita de Miguel Real, *Miguel Real – 40 anos de Escrita: Literatura, Filosofia e Cultura*, o romance histórico pode ser considerado um gênero híbrido, no sentido de que “o conceito de verdade única sobre um determinado acontecimento tende a ser substituído pelo de verdade plural”³², da mesma forma como acontece no romance *O Feitiço da Índia*. Além disso, a autora também afirma que Miguel Real, por atuar como um ser participante da sociedade onde vive, e agora passo a citar:

“não deixa de interferir por adesão ou oposição à mitografia que analisa. E, se é um opositor da recorrente feição canibalista da mitogenia portuguesa, ligada a um instinto ou pulsão de morte – onde se enuncia uma “culturofagia” –, alguma adesão autoral se reconhece ao impulso de vida vieirino. Este [...] é um complexo que, no dizer do próprio Miguel Real, «nos determina a desejarmos mais do que nos pedem as forças e nos exigem as circunstâncias, pulsão social que orientou as caravelas portuguesas»³³.

Convém ainda salientar que o próprio Miguel Real dedica um capítulo à parte ao romance histórico em sua obra *O Romance Português Contemporâneo*, onde destaca os

³¹ *Idem, Ibidem*, acrescento nosso.

³² Maria Luísa de Castro Soares. (2022). Miguel Real-40 anos de escrita: literatura, filosofia e cultura. Realizado por Carla Sofia Gomes Xavier Luís, Annabela Rita e Alexandre António da Costa Luís. *Covilhã, LusoSofia: Press*, p. 362.

³³ *Idem, Ibidem*, p. 363.

momentos fulcrais na evolução do romance português, desde os anos 50 até ao final do primeiro decênio do século XXI. Nesta parte do livro, o autor assinala que o gênero “ressurgiu com fortíssima pujança desde 1984, após a utilização propagandística do romance histórico por via de uma atmosfera ideológica de exaltação nacionalista durante o Estado Novo”³⁴. Os romancistas que se notabilizaram numa primeira fase foram João Aguiar, Fernando Campos, Mário de Carvalho e Mário Cláudio e, no século XXI, novos representantes desta modalidade representativa têm vindo a afirmar-se, como Hélia Correia, Sérgio Luís de Carvalho, Pedro Almeida Vieira, Paulo Moreiras, António Cândido Franco e João Paulo Oliveira e Costa.

Por fim, seguindo as definições dos autores supracitados, e atendendo a tudo quanto já dissemos, a obra *O Sal da Terra*, de Miguel Real, pode ser considerada um romance histórico que, embora muito bem documentado, não deixa de apresentar alguns laivos metaficcionalis. Nele há a narrativa da vida de Padre Antônio Vieira coexistindo com o contexto histórico da colonização e catequização do Brasil durante o século XVII, além de conter todos os elementos necessários para que seja compreendida a trajetória de Vieira e, também, informações para que seja feita a reflexão histórica que a torne compreensível por parte do leitor, principalmente no que diz respeito ao papel da catequização dos indígenas e da própria colonização do Brasil. Mas também há espaço para crítica daquilo que correu menos bem, além de uma reinterpretação de alguns acontecimentos, o que nos leva, de alguma forma, a vislumbrar o papel iluminador da história.

Nessa perspectiva, de acordo com o que afirmam Cosson e Schwantes, ao ler uma metaficção, estaremos diante de uma obra que “ironiza o valor da história como registro do passado e termina revelando que a verdade histórica depende tanto do trabalho de pesquisa do historiador quanto das estratégias narrativas do romancista”³⁵, ou seja, será apresentada aos leitores apenas uma interpretação diante de tantas possibilidades existentes para este gênero, e é justamente isso que a legitima.

1.3 O limiar entre *História* e *Ficção*

De acordo com o próprio Miguel Real, “como é tradicionalmente aceite, o romance histórico, sendo eminentemente um romance, deve ser avaliado como qualquer

³⁴ Miguel Real. (2012). *O Romance Português Contemporâneo: 1950-2010*. Lisboa: *Editorial Caminho*, p. 199.

³⁵ Rildo Cosson & Cíntia Schwantes. (2005). *Romance histórico: as ficções da história*, p. 35.

outro. Porém, sendo histórico, deve pagar o tributo à História, isto é, estabelecer uma relação com os documentos ou narrativas que fundamentam o tema tratado”³⁶.

Desse modo, sua obra sobre Padre Antônio Vieira apresenta elementos que caminham entre ambos os lados, num limiar muitas vezes difícil de enxergar, visto que os acontecimentos seguem uma cadência de ações lógicas e fiáveis. Além disso, há também elementos imaginários que, muito facilmente, poderiam ser encontrados na realidade, não só no que diz respeito aos personagens, mas também no próprio discurso que é contruído e reverberado na voz de Vieira. Podemos dizer, portanto, que neste romance histórico temos a todo o tempo o binômio *história-ficção* que funciona como um todo, como duas faces da mesma moeda, onde persentimos o entrelaçar de ações, ao invés de uma simples dicotomia *história x ficção*.

Para começarmos a explorar esta temática, destacamos a definição destes conceitos, de acordo com o que está no E-Dicionário de Termos Literários, de Carlos Seia. Desse modo, encontramos na entrada “ficção” o seguinte:

“No uso corrente, o termo ‘ficção’ é geralmente contraposto à verdade histórica e historiográfica; mas análogo sentido negativo se insinua na esfera literária, ainda quando a ficção adopta técnicas de imitação verista da natureza ou de formas documentais. Na linguagem comum, ‘ficção’ significa quase sempre invenção, obra da fantasia ou da imaginação, fabricação fabular, lenda ou mito. É, pois, uma palavra geralmente oposta a ‘facto/s’ e a ‘realidade’. Genericamente, o termo significa, em conformidade, afirmação sem fundamento, narrativa forjada, falsificação, dissimulação, fingimento; ou, mais especificamente, histórias, contos, novelas, romances da invenção de um escritor, de uma época, de uma literatura.”³⁷

Além desta definição, o autor também faz um compilado cronológico destacando o século XX como marco importante para a evolução dos estudos acerca da ficção, especificamente através da narratologia, relembrando também a valorização deste gênero no século XIX e no seu antecessor, que remontam aos períodos posteriores à crise da ficção narrativa abordada por Cervantes, considerado o maior e primeiro romancista de seu tempo.

Já na entrada para “história”, temos esta definição:

“A palavra *história* apresenta uma dualidade referencial: designa tanto a realidade de uma determinada época (*res gestae*) como o discurso científico

³⁶ Miguel Real. (2019). “João Morgado: os limites do Humano”, s/l, in *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, p. 20.

³⁷ Nunes, J.M de Sousa: s.v. “Ficção”, E-Dicionário de Termos Literários (EDTL), coord. de Carlos Ceia, ISBN: 989-20-0088-9, s/l. <<http://www.edtl.com.pt>>, consultado em 06-08-2023.

sobre o passado (*historia rerum gestarum*). Algumas línguas (entre as quais o português) apresentam um terceiro sentido: o de conto, narrativa imaginária, ficção. A fluidez polissemântica da palavra não é acidental. Assinala a ambiguidade da relação que mantém o discurso histórico com o seu objecto”.³⁸

Como está claro, estes dois termos acabam por invadir, de certa forma, o espaço um do outro e, com isso, surgem diversas discussões na tentativa de definir cada um de forma análoga. Porém, de acordo com o que vimos até agora, ambos caminham, muitas vezes juntos, no mesmo ambiente, sendo difícil haver uma ruptura clara e concreta desta inter-relação. Entretanto, esse antagonismo conceitual não surgiu há pouco tempo; pelo contrário, já era objeto de polémica e, conseqüentemente, de estudo e debate, desde a época de Aristóteles, que será mencionado mais adiante.

Ainda de acordo com Mioara, a partir do momento em que o discurso histórico acaba “por ignorar o seu carácter textual, apresentando-se seja como discurso puramente denotativo /literal/ seja como discurso que adopta uma forma literária por razões estratégicas, de comunicação”³⁹, a ficção estará posicionada “no domínio da mentira e sobre ela pesará uma recorrente acusação de irresponsabilidade epistemológica, que a literatura tentará superar por vários meios”⁴⁰.

Dando continuidade à definição desses conceitos, na tentativa de melhor esclarecer o que é cada um e qual seu impacto na construção literária do romance histórico, destaco o que muito bem nota o célebre historiador Luís Reis Torgal, que afirma que a “ficção tem os limites impostos pelos dados das ‘representações’ que possui, ou seja, os documentos a que tem acesso, compromisso a que o escritor ou o realizador de cinema não está necessariamente ligado, porque o seu objectivo é mesmo a ‘fantasia’”⁴¹. Como daqui se infere, a liberdade que enforma as criações literárias ou cinematográficas é imensa. Tal não acontece na historiografia que está sujeita aos grilhões impostos pelos documentos.

Em relação ao Padre Antônio Vieira, há uma vasta gama de dados documentais comprovados e que são usados na obra *O Sal da Terra*, tendo o autor aproveitado a sombra que resta sobre os fatos não existentes – ou sobre os quais não há, de fato, provas

³⁸ Caragea, Mioara: s.v. “História”, E-Dicionário de Termos Literários (EDTL), coord. de Carlos Ceia, ISBN: 989-20-0088-9, <<http://www.edtl.com.pt>>, consultado em 06/08/2023.

³⁹ *Idem, Ibidem*.

⁴⁰ *Idem, Ibidem*.

⁴¹ Luís Reis de Torgal et alii. (1998). *História da História em Portugal. Séculos XIX e XX*, vol. 2. Lisboa: *Temas e Debates*, p. 196.

concretas – para construir a sua representação da história. A própria linguagem que é apresentada, tanto no discurso de Vieira quanto no dos outros personagens, não é, certamente, a mesma que vigorava no século XVII; isso significa que Miguel Real precisou de adaptar este elemento para que sua obra fosse compreendida no século XXI, e só foi capaz de fazê-lo pois sua posição como romancista o permite, valendo-se da licença poética para construir tudo a sua maneira.

Acerca desta espécie de permissão que a literatura fornece aos escritores, quando usam da ficção para preencher as lacunas em suas histórias, é relevante enfatizar o que Matos disserta sobre este assunto. Para o autor, apenas o ficcionista será capaz de transmitir através de seu discurso o sentimento e a imaginação, à medida em que o historiador, por exemplo, é dependente de evidências documentais e de provas irrefutáveis no que diz respeito a determinado momento histórico, sendo inclusive cobrado sobre esta postura, para ser mais fiel à História.

Além disso, ao falarmos sobre história e ficção, o autor também realça a presença de outro conceito: a memória. Para ele, tanto a memória individual quanto a coletiva são seletivas, e assim também é a própria história, seja como uma escolha consciente ou inconsciente, ainda que de modo mais controlado, pois será o autor a escolher o tema, o problema ou os métodos aos quais vai recorrer. Todavia, Matos sublinha que:

“o historiador trabalha com memórias – transmitidas oralmente, por escrito, manifestas ou latentes nos mais variados vestígios deixados pelos homens e mulheres do passado. Nesse sentido, ele é devedor da memória. Por outro lado, não deve esquecer-se que essas memórias são fontes, documentos que, para efetivamente o serem, necessitam ser submetidos a um questionário crítico.”⁴²

Portanto, história e ficção acabam por caminhar de mãos dadas, e isso fica evidente na obra *O Sal da Terra*, pois, além do caráter ficcional, Miguel Real também apresenta, constantemente, elementos, fatos e ações ocorridos naquela época, como forma de imprimir verossimilhança ao descrito, como acontece no episódio em que Antônio Vieira envia uma carta à Rainha D. Luísa e algumas outras que são referenciadas neste romance. Isto, entre outros elementos, de fato, é algo verídico, assim como a referência que é feita aos sermões de Vieira, por exemplo.

⁴² Sérgio Campos Matos. (2015). História, memória e ficção: que fronteiras? *História Da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, 8(17). Ouro Preto, s/l, consultado em: 23/04/2023, p.418.

Seguindo esta perspectiva e indo ao encontro do que Miguel Real faz n' *O Sal da Terra*, Saramago nos diz que

“o historiador realiza uma rarefação do referencial, criando uma espécie de malha histórica larga, perfeitamente tecida, mas que envolve espaços de obscurecimento ou de redugdo dos fatos. Deste ponto de vista é pois legítimo dizer que a História se nos apresenta como parente próxima da Ficção, dado que, ao rarefazer o referencial, automaticamente, procede a omissões, portanto as alterações da realidade, estabelecendo entre os acontecimentos relações que são diferentes porque são incompletas”⁴³.

Outra característica importante acerca deste tema está no que Pomian afirma sobre este gênero. Para o autor, num primeiro momento, todo romance, seja histórico ou não, é apenas um romance e, nesse sentido, carrega consigo todos os elementos que são inerentes a essa construção literária. Sob esse viés, segundo Pomian,

“tais obras permitem, melhor do que quaisquer outras, iniciar uma reflexão sobre as relações complicadas e variáveis que a história entretém com a ficção quando ambas compartilham o mesmo objeto, sem que seja necessário, previamente, perguntar-se por onde passa a fronteira entre a primeira e a segunda – questão que, nesse estágio e dessa forma, ainda não poderia receber respostas satisfatórias”⁴⁴.

Tal fronteira, presente não só na obra de Miguel Real, é referenciada por Gobbi como um fazer inerente à relação entre história e ficção, constituindo “um dado inalienável ao próprio fazer artístico, que corresponderia, portanto, à configuração estética do mundo: por meio de instrumentos expressivos adequados, o escritor cria um sistema simbólico de representação da realidade”⁴⁵. Desse modo, a autora levanta um questionamento acerca destes dois conceitos, especificamente se seria possível a história estar inserida no contexto literário sem perder sua essência de realidade estética e, ao mesmo tempo, sendo capaz de manter a sua condição ficcional.

⁴³ José Saramago. (2000). A história como ficção, a ficção como história, s/l. Revista de Ciências Humanas, (27), p. 17.

⁴⁴ Krzysztof Pomian & Marina Maluf. (2003). História e ficção. São Paulo: Projeto História - Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, p. 13.

⁴⁵ Márcia Valéria Zamboni Gobbi. (2004). Relações entre ficção e história: uma breve revisão teórica. s/l, In ITINERÁRIOS–Revista de Literatura, p. 37.

Para tentar responder a essa questão, Gobbi levanta as perspectivas de diversos autores, como Platão e Aristóteles, seguindo uma cronologia que passa por diversos pensamentos até tentar chegar a uma resposta plausível e minimamente aceitável. Para Platão, por exemplo, partindo do pressuposto de que o poeta é um mero imitador, este não terá capacidade ou conhecimento suficientes para trazer sua obra/imitação para a realidade; ao contrário, tudo o que um poeta produz está no oposto daquilo que é considerado real. Já para Aristóteles, o poeta não deveria narrar os acontecimentos, mas apenas teria o dever de representar aquilo que aconteceu.

Desse modo, não importa quem escreve em verso ou prosa, ou seja, a ele não é relevante diferenciar o historiador de um poeta; deve-se, apenas, deixar cada um seguir aquilo que lhe seria intrínseco: ao historiador cabe dizer aquilo que aconteceu de fato e, ao poeta, caberia apresentar aquilo que poderia ter acontecido, sendo o primeiro responsável por representar, na visão deste filósofo, o particular e, o segundo, aquilo que é universal. Então, segundo a autora, para Aristóteles o poeta seria

“aquele que é capaz de organizar uma história plausível que, eventualmente, pode até conter o real. Assim, o mito (a ficção) constituiria um conjunto elaborado de elementos escolhidos e agenciados seguindo uma ordem necessária. À história, por outro lado, caberia narrar os acontecimentos que realmente sucederam, regidos por uma diversidade aleatória que não se submete ao necessário e ao verossímil”⁴⁶.

Além disso, Gobbi afirma que, através das considerações de Aristóteles sobre o limiar entre história e ficção,

“Ao conceber a ficção como forma de conhecimento válido (inclusive, mais filosófico que aquele propiciado pela História); ao postular que a ficção é capaz de revelar mais de nós a nós mesmos (por fornecer possíveis interpretações do real através de experiências existenciais imaginárias) e, ainda, por autorizar o poeta a incluir os “sucessos reais” em suas fábulas, Aristóteles acaba por determinar as linhas gerais que farão reger as relações entre história e ficção.”

Em seguida, a autora apresenta a perspectiva de Hegel, que passa a entender que a historiografia surge no momento em que se encerra a época heroica, trazendo modificações no que diz respeito ao conceber e ao representar a realidade. A visão deste estudioso, portanto, indica que aquilo que o historiador produz não deve apresentar “a simples exatidão dos fatos, mas necessita introduzir uma certa ordem nos eventos documentados, reuni-los, agrupá-los, dar-lhes uma configuração sucessiva - enfim,

⁴⁶ *Idem, Ibidem*, p. 40.

construir uma imagem do objeto tratado”⁴⁷. Desse modo, o historiador não poderia realizar qualquer modificação sobre a realidade, mas a poesia, em contrapartida, não só poderia ter essa possibilidade como também seria algo inerente a ela, já que teria como obrigação corrigir a história através da literatura.

Na obra base desta dissertação, o papel do romancista não compreende apenas realizar uma volta ao passado, no sentido saudosista da ação -embora ela esteja presente a todo o tempo-, mas este impulsiona uma revisão crítica da história de Portugal e do Brasil, através da figura icônica de Padre Antônio Vieira. Desse modo, em *O Sal da Terra*, Miguel Real construiu, na pegada do pensamento de Hegel, a imagem do objeto tratado, através da reunião de elementos reais e ficcionais, sempre levando em consideração a sua visão de romancista, tendo o respaldo e a liberdade que só a literatura nos proporciona.

A forma como a figura de Padre Antônio Vieira é construída através do discurso de Miguel Real representa, na verdade, a desconstrução de arquétipos tão engendrados na cultura portuguesa, principalmente porque mostra muitos fracassos que aconteceram no período da colonização do Brasil, no que diz respeito à escravidão de negros e indígenas e, principalmente, à forma como foi feita a catequização dos habitantes daquela nova colônia, que não correspondem ao ideal eternizado no imaginário do povo português.

1. 4. A Metaficção

Dentro da literatura pós-moderna, a metaficção atua como elemento essencial, trazendo novas formas de narrativa e salientando a importância da história, que passa a dialogar com os textos contemporâneos. Segundo Maria Cecília Vieira, por questões histórico-sociais – ainda que muitos autores considerem o século XVII o marco do surgimento do romance moderno, através da obra *Dom Quixote*, de Miguel de Cervantes -, “é a partir da modernidade que a metaficção é usada de forma consciente e explícita, tornando-se, na contemporaneidade, uma marca obsessiva”⁴⁸. Assim, o leitor passa a ter um papel fundamental nessa nova forma de fazer literatura, visto que ele também será

⁴⁷ *Idem, Ibidem*, p. 41.

⁴⁸ Maria Cecília de Sousa Vieira. (2016). A metaficção em Mário de Carvalho, s/l, Dissertação de Doutorado em Estudos Portugueses na especialidade de Literatura Portuguesa apresentada à Universidade Aberta, p. 45.

responsável por construir o universo da narrativa ficcional junto ao autor da obra, através do seu viés crítico e do trabalho de interpretação.

Destarte, fica evidente que, mesmo advindo de uma tradição antiga e não se encaixando em nenhum período literário específico, a metaficção passa a ter maior relevância e presença, de maneira geral, na ficção contemporânea, sendo muitas vezes o gênero predominante. A partir disso, o que antes era utilizado em partes menores do texto, passa a ser explorado por completo, principalmente, através de técnicas e elementos narrativos que servirão para compor essa nova literatura. Outra característica importante na construção da narrativa metaficcional é o fato de que a própria história exige sempre formas novas, que vão reestruturar o que já havia nos tempos anteriores. Contudo, isso não significa que o passado seja deixado de lado nessas novas composições; ao contrário, a memória literária é extremamente valiosa, pois é a partir dela que os autores contemporâneos darão início a uma obra recriada e ressignificada de acordo com os valores que eles desejam exprimir. Todavia, conforme destaca Vieira, “apesar de muitos críticos considerarem que a metaficção é também uma forma de interpelar a própria escrita e o mundo, nem todos a encaram como uma marca positiva, assinalando o esgotamento”⁴⁹. Por outro lado, vale a pena ressaltar a autoconsciência que transborda nesta vertente ficcional da obra literária e que se torna objeto desmistificador do tal esgotamento acerca deste gênero.

Segundo Arnaut, a prática da metaficção resulta, sem sombra de dúvidas, na “suspensão voluntária da crença naquilo que se lê”⁵⁰. Sob essa ótica, podemos compreender que, se cada geração possui leitores distintos e se o leitor representa um papel fundamental na criação/interpretação da metaficção, por mais que de alguma forma esse gênero se repita ao longo das décadas, a significação que cada obra metaficcional terá não será, jamais, esgotada ou, muito menos, limitada, também porque ocorre de forma voluntária. Ainda que sejam utilizados artifícios semelhantes para a escrita da metaficção, seu resultado será singular e incomparável; portanto, é um gênero que não possui um fim em si mesmo, posto que a ressignificação estará presente em cada detalhe da obra (do processo criativo e da escrita propriamente dita, à co-criação feita pelo leitor).

Maria Cecília Vieira também se posiciona a respeito do caráter cristalizado do esgotamento de um gênero literário e afirma que

⁴⁹ *Idem, Ibidem*, p. 48.

⁵⁰ Ana Paula Arnaut. (2010). *Post-Modernismo: o futuro do passado no romance português contemporâneo*, p. 136.

“a narrativa metaficcional contemporânea nos apresenta um modo de escrever e de ler diferentes e nos impele a refletir sobre o papel da ficção no mundo de hoje. Entendemos que a metaficção, no contexto pós-moderno, pode ser encarada como uma reação positiva à referida crise das formas tradicionais de representar o mundo”⁵¹.

Tais palavras chamam a atenção para o viés criativo da narrativa metaficcional, pois nela ocorre uma nova forma de representar e de pensar o próprio romance, o que gera, conseqüentemente, um novo modo de ler e de pensar a própria ficção. Nessa perspectiva, qualquer tentativa de menosprezar o valor desse gênero textual é incoerente e contraproducente, pois é através da reinvenção que se inicia um novo movimento literário, com visões próprias de cada época histórica, e isso não é diferente quando falamos da metaficção do período pós-moderno. Portanto, como afirma Vieira, “o diálogo que muitas obras mantêm com a memória literária - através das modalidades de narcisismo «explícito» ou de narcisismo «implícito» - e, concomitantemente, o poder com que reinventam essa memória inscrevem-nas no horizonte de uma «modernidade» que resiste a uma mera repetição passiva do passado”; ou seja, mais do que repetição do passado, a metaficção surge para reinventar e criar novos códigos da literatura, processo este que faz parte do próprio fazer literário e procede da necessidade histórica de se ressignificar aquilo que é inerente à História do próprio homem.

O *corpus* textual deste estudo, portanto, carrega em si diversos significados e formas de ressignificação, como compete de modo natural à narrativa metaficcional, chamando a atenção para o ato de escrever em si. Por esse ângulo, cheio de significados, é importante pensarmos na origem do próprio termo *metaficção*. Levando em consideração o valor da autoconsciência, já mencionado neste trabalho, e a relação que se estabelece entre metaficção e pós-modernidade, é notório que os contextos histórico, social e cultural tiveram grande impacto em sua construção; dessa maneira, as definições dadas ao termo precisam estar diretamente ligadas às determinadas realidades existentes, não podendo haver uma definição cristalizada e imutável para contextos diferentes.

Vieira defende em sua pesquisa a definição dada por Patricia Waugh, que evidencia a necessidade de relacionar ficção e realidade, pois, segundo ela:

“Esta definição, ao contrário de muitas outras, defende que as alusões sistemáticas ao seu próprio processo de criação são condição *sine qua non* para que uma narrativa seja considerada metaficcional. Dito de outro modo, os exercícios metaficcionais devem ser suficientemente perceptíveis ao leitor

⁵¹ Maria Cecília de Sousa Vieira. (2016). A metaficção em Mário de Carvalho, p. 49.

para que o texto seja considerado como tal, isto é, devem ser tão sistemáticos ao ponto de se converterem num dos temas da narração. Assim, um texto que apenas registre interpelações esporádicas ao leitor não se insere na categoria dos textos metaficcionalis”⁵².

Seguindo essas características, o leitor deixa de possuir um papel passivo e estático e passa a atuar de forma ativa e dinâmica, o que rompe com o modelo enrijecido utilizado em outros gêneros. Conseqüentemente, abre-se espaço para o questionamento e a reflexão acerca daquilo que é escrito, pois ficará evidente que nem sempre a escrita consegue representar aquilo que é, de fato, real. Além disso, a tarefa a ser desempenhada pela metaficção diz respeito à autoconsciência, no sentido de que a relação entre escrita e leitura é consequência, e elemento basilar, da manifestação do próprio fazer literário.

Sendo assim, em conformidade com o que nos apresenta Vieira, “a literatura metaficcional é aquela que, conscientemente, desvela, de forma explícita, no próprio texto, a reflexão sobre o seu caráter artificial”⁵³. E isso ocorre porque, pensando no processo da escrita da metaficção, “este tipo de literatura questiona também as suas relações com o mundo exterior e cria uma obra que é, concomitantemente, teoria e prática⁵⁴”, atuando como um “fenômeno estético autorreferente através do qual a ficção se duplica por dentro, falando de si própria”⁵⁵.

Tais questionamentos e outras formas de reflexão, que fazem parte da metaficção, só surgiram a partir do século XX, segundo Jacomel e Silva. Isto deve-se ao fato de que, no século XIX, a sociedade aceitava a verdade que era contada como algo inato e natural, sem levar em consideração que a tal “verdade” era uma prática de uma pequena parcela da população, mas que, por ser da elite, dominava todos os campos e instituía aquilo que melhor lhe convinha.

Contudo, através da literatura pós-colonialista, percebeu-se a necessidade de incluir na literatura a realidade das outras camadas sociais, nos finais do século XX; ou seja, a partir desse período, a forma como a história era contada passou a ser contestada. Nesse viés, a metaficção mostra-se de extrema importância, pois, se a verossimilhança é a base da história e da própria ficção, este novo gênero tem o papel de “contrastar essa

⁵² *Idem, Ibidem*, p. 56.

⁵³ *Idem, Ibidem*, p. 57.

⁵⁴ *Idem, Ibidem*.

⁵⁵ *Idem, Ibidem*.

visão da parte dominante com a visão dos subjugados, ressaltando o caráter narrativo que possui a história”⁵⁶.

A partir do século XX, portanto, houve uma explosão de narrativas desse tipo, especificamente a partir dos anos 50, não só na Europa, mas nos Estados Unidos e América Latina também, inclusive no Brasil. Porém, o avanço das produções metaficcionais não acompanhou os estudos teóricos acerca do tema nem foi objeto de trabalho essencial dos críticos literários, surgindo neste campo apenas a partir da década de 70 do século passado. De acordo com Camargo *et al.*, diversos termos foram utilizados para definir e caracterizar esse gênero pós-moderno, muitas vezes de formas convergentes a outros pensamentos e, em outros momentos, até divergentes. Alguns termos, inclusive, por mais que não sejam sinônimos propriamente ditos, acabam sendo usados desta forma por diversos autores e críticos.

Vale enfatizar, em relação ao termo metaficção (que é usado no presente estudo), que os autores também destacam a relevância da dupla consciência presente nesse gênero literário, em concordância com os pensamentos dos demais autores citados até ao momento, que aceitam a ideia de que a metaficção é ficção sobre ficção, sendo, também, uma reação contra o romance realista produzido no século XIX. Nessa perspectiva, muito mais do que uma simples narrativa com todos os seus elementos estruturais (narrador, personagem, enredo, tempo e espaço), a metaficção é um gênero que exige reflexão por parte do autor e do leitor, que questionam o tempo todo a relação existente entre ficção e realidade. A participação efetiva do leitor seria, para Hutcheon, o elemento que diferencia esse tipo de texto dos demais, conforme referenciado anteriormente, além de representar uma autêntica manifestação do pós-modernismo.

Além da contribuição acerca do termo, Hutcheon acrescenta mais um elemento para esta questão: introduz a expressão *metaficção historiográfica* no dicionário da crítica literária, pois, segundo ela, “Com esse termo, refiro-me àqueles romances famosos e populares que, ao mesmo tempo, são intensamente autorreflexivos e, mesmo assim, de maneira paradoxal, também se apropriam de acontecimentos e personagens históricos”⁵⁷. Dessa maneira, a revisão que é feita da história ou um simples questionamento, por exemplo, a partir de perspectivas distintas na metaficção, ocorrerão através de recursos utilizados pelo autor, como a paródia, a intertextualidade e a ironia.

⁵⁶ Mirele Carolina Werneque Jacomel and Marisa Correia Silva. (2007). Discurso histórico e discurso literário: o entrelace na perspectiva da metaficção historiográfica. *Anais do Celli—Colóquio de estudos lingüísticos e literários* 3, p. 741.

⁵⁷ Linda Hutcheon. *Narcissistic Narrative: The Metafictional Paradox*, 1991, p. 21, *cit. apud* Camargo, Flávio Pereira, Vanessa Gomes Franca, and Zênia de Faria. "Literatura e Metaficção." (2018), p. 27.

Todavia, segundo Camargo *et al.*, “os personagens históricos são trazidos para o primeiro plano, e seus protagonistas são os ex-cêntricos, os marginalizados, as figuras periféricas da história oficial, ao contrário do que se verifica no romance histórico”⁵⁸.

Na obra *O Sal da Terra*, de Miguel Real, tais características estão presentes, apesar de se tratar de um texto predominantemente incluído no romance histórico. No referido livro, Padre Antônio Vieira é a figura principal que vive em um período histórico marcado pela colonização do Brasil e pela expansão do império português, porém convive, a todo tempo, com personagens periféricas, como é o caso do indígena Mundé (seu grande amigo) e de mãe Sefina (mãe-de-santo que vive na Bahia e acompanha a caminhada de Vieira). Além disso, a obra também faz uma crítica, através de Padre Antônio Vieira, sobre a catequização dos indígenas brasileiros, sobre o regime escravocrata no Brasil e na Europa, e sobre o próprio papel dos governantes portugueses e brasileiros durante esse período, marcado pelo desejo da concretização das profecias de Bandarra sobre o advento do Quinto Império.

Outro ponto importante a destacar é o fato de, por ser uma obra narrativa, carregar em si elementos intrínsecos a este tipo textual, como a presença bem marcada do tempo, do espaço, dos personagens, da ação e do narrador. A este último, entretanto, devemos atribuir grande valor, visto que é através da voz do narrador que será construído todo o discurso. Neste contexto, e levando em consideração os traços ficcionais da obra de Miguel Real, Sandra Ferrari explica que “A narrativa ficcional é um gênero no qual os vários elementos que a envolvem estão interligados na base de qualquer tentativa de informação. Mas não corresponde só ao desejo de contar (informar) e sim abstrair o que ocorre na intriga que envolve todo processo narrativo. Nesta estrutura comunicativa do contar a identidade do narrador é fundamental”⁵⁹.

Sob esse viés, se levarmos em consideração a estrutura narrativa tradicional, recairemos num modelo que está ligado diretamente à sucessão dos fatos, mas na prosa moderna, segundo Ferrari, estes fatos estão tão misturados que acabam por esconder essa sucessividade estrutural, o que é responsável por formar novas e distintas relações textuais. Assim, torna-se evidente que “a perda dessa noção de linearidade leva o narrador a criar mundos puros e autônomos, que se distanciam da comunicação imediata

⁵⁸ Flávio Pereira Camargo, Vanessa Gomes Franca and Zênia de Faria. (2018). *Literatura e Metaficção*. Goiânia: Editora de Imprensa Universitária, p. 28.

⁵⁹ Sandra Aparecida Fernandes Lopes Ferrari. (2011). *Estrutura narrativa na pós-modernidade*. *XII Congresso Internacional da ABRALIC. Centro, Centros-Ética, Estética*. UFPR, Curitiba, p. 2.

e apostam em uma narrativa que «não transmite o puro em si como a informação, pois é uma forma artesanal de comunicação» (Benjamin *apud* Ferrari, p. 205)⁶⁰.

Em *O Sal da Terra*, temos um narrador que constrói o discurso em 3ª pessoa, portanto é não participante, heterodiegético e onisciente. Nesse sentido, o narrador conta uma história da qual não participa, visto que não integra, como personagem, essa experiência diegética, ainda que esteja inserido numa narração mais ampla. E, por ser um dos pilares essenciais na construção narrativa, o próximo tópico esmiuçará, com mais detalhes, as características principais desse sujeito e seu papel nesta obra de Miguel Real.

1. 5. A construção da narrativa: narrador, discurso, sujeito e focalização

A narratologia forneceu diversas ferramentas para que fosse possível analisar os variados conceitos, teorias e elementos que envolvem os textos, principalmente, literários. Através da definição teórica e organizada de tais características, os critérios de avaliação de uma obra tornaram-se mais palpáveis e estruturados, sendo viável estabelecer relações entre textos e autores de diferentes épocas e estilos. Com a publicação do *Dicionário de Teoria da Narrativa* (1988), de Carlos Reis e Ana Cristina Lopes, segundo Flávia de Souza, estes autores “reforçaram a ideia da importância que teve a reflexão em torno da narrativa, desde que se desenvolveu um conjunto de teorias com um caráter disciplinar, impulsionado pelo Estruturalismo Francês”⁶¹.

Ainda que limitado em relação ao material que possuía à época, o estruturalismo proporcionou imensas contribuições acerca do estudo da narrativa que, àquela altura, carecia de termos e de conceitos específicos. Nesta linha, é igualmente importante destacar os trabalhos de Gérard Genette, que escreveu produções pioneiras na área da narratologia, seguindo a vertente estruturalista. Um de seus maiores contributos assenta no fato de Genette ter inserido a narrativa, ao contrário do que propuseram Platão e Aristóteles em suas respectivas épocas, num ambiente de representação literária, e não mais como algo que era inferior pelo fato de ser menos imitativa. Além disso, ele propõe que não haja mais distinção entre narrativa e descrição como gêneros distintos; ao contrário, a descrição deveria ser considerada um desdobramento do texto narrativo, pois, de acordo com Souza, “À noção de narrativa, portanto, pode ser englobada todas as

⁶⁰ *Idem, Ibidem*, p. 3.

⁶¹ Flávia Roberta Menezes de Souza. (2017). Tipos de narrador e novas discussões em narratologia. *Nova Revista Amazônica*, 5(3), p. 130.

formas de representação literária, considerando a descrição como um de seus modos, ou, mais modestamente, como um de seus aspectos”⁶².

Outra contribuição relevante está na distinção que Genette faz entre narrativa e discurso, levando em consideração, mais uma vez, as ideias de Aristóteles, já que questiona o lugar de diversos textos na *Poética* que eram, segundo ele, negligenciados pelo filósofo, como a poesia lírica e a poesia satírica, por exemplo. Para realizar tal reflexão, Genette baseia-se nos estudos de Emile Benveniste, pois este indicava que algumas formas gramaticais eram inerentes e exclusivas ao discurso, sendo à narrativa reservada apenas a parte que consistia em possuir a marca de uso da terceira pessoa. Nessa perspectiva, a relação entre objetividade narrativa e subjetividade discursiva, para Genette, seria algo definido apenas por critérios linguísticos. Assim, na visão de Souza,

“O subjetivismo do discurso está, por exemplo, presente na referência a um eu, que não se define de nenhum modo como a pessoa que fala. Semelhantemente ocorre com o tempo do modo discursivo, que é por excelência o presente, sem com isso significar que o discurso é enunciado no tempo presente. Inversamente, expõe Genette (2008), a objetividade da narrativa se define pela ausência de toda referência ao narrador, revelando a inexistência dele e até mesmo uma autonomia da própria organização da sucessão dos acontecimentos. Somente nesse momento é possível observar a narrativa em seu estado puro, pois o texto não apresenta nenhuma informação que necessite, para ser compreendido, ser relacionado com a sua fonte.”⁶³

Assim, fica evidente a diferença que se dá entre narração e discurso, que podem possuir espaços distintos a depender da obra em questão, algo que ocorre por exemplo desde a época clássica. Pode haver obras com um autor-narrador que, além de assumir o discurso, muitas vezes interfere na narrativa e se relaciona com o próprio leitor; em outras podemos encontrar o discurso aos cuidados de um personagem principal, que participa e faz comentários ao longo do texto; ou, até mesmo, encontramos obras em que o discurso é repartido entre vários personagens, “fazendo sucessivamente a narrativa ser assumida pelo discurso interior de seus principais personagens”⁶⁴.

É Genette, também, que atribui os conceitos de *homodiegético* e *heterodiegético* ao narrador, em substituição aos termos *narrador em primeira pessoa* e em *terceira pessoa*, além de outras formas de classificação, através da identificação do nível narrativo ao qual pertence o narrador e de acordo com a maneira como este está inserido na história, levando em consideração a atitude narrativa e não mais a estrutura gramatical.

⁶² *Idem, Ibidem*, p. 132.

⁶³ *Idem, Ibidem*, pp. 132-133.

⁶⁴ *Idem, Ibidem*, p. 133.

É necessário lembrar, além disso, que os tipos de narrador e o ponto de vista da narrativa são elementos completamente distintos, apesar de serem analisados em conjunto para determinar muitas características dentro da própria narrativa. Schimd, em seus estudos, utiliza 11 critérios para distinguir as tipologias de narrador (tabela 1), como o *status* diegético, a personalidade e a posição avaliativa, entre outros. E, neste âmbito, Souza destaca que “Um narrador não diegético, por exemplo, pode assumir o ponto de vista de um dos personagens para narrar determinada situação e nem por isso ocorre uma mudança de tipos”⁶⁵; ou seja, a autora salienta que, por exemplo, não basta definir que o narrador é onisciente para justificar todo o fenômeno, pois isso limita a avaliação e desconsidera a complexidade que se tem na construção de uma narrativa.

Critérios	Tipos de narrador
Modo de representação	Explícito-Implicito
Status diegético	Diegético – Não diegético
Hierarquia	Primário – Secundário - Terciário
Grau de marcação	Fortemente marcado – pouco marcado
Personalidade	Pessoal – impessoal
Homogeneidade	Compacto - Difuso
Posição avaliativa	Objetivo - Subjetivo
Habilidade	Onisciente – Conhecedor Limitado
Fixação espacial	Onipresente – Fixo em um espaço específico
Acessibilidade à consciência dos personagens	Expressa – Não expressa
Confiabilidade	Confiável – Não confiável

Tabela 1: Flávia Roberta Menezes de Souza. (2017). Tipos de narrador e novas discussões em narratologia. Nova Revista Amazônica, 5(3), p. 135.

Além disso, outra forma de qualificar o tipo de narrador presente em uma obra ocorre por meio da focalização, conceito que está relacionado ao nível de conhecimento que o narrador tem acerca do que acontece na história em questão, em comparação ao saber dos próprios personagens. Entretanto, Genette afirma que, muitas vezes, esta definição pode não ser encontrada na obra como um todo, mas estará presente em um específico e delimitado segmento narrativo.

De acordo com Oliveira, através de Henry James foi apresentada uma perspectiva que proporcionou a ilusão de uma realidade sem que houvesse a perda da ideia de uma obra autossuficiente. E, como consequência dessa ilusão da realidade, “projetada por meio da manipulação das funções narrativas de «mostrar» ou de «dizer», que as primeiras teorias do foco narrativo se posicionaram, como as de Pierce Lubbock

⁶⁵ *Idem, Ibidem*, p. 135.

(1921/1976) e de Norman Friedman (1967/2002)”⁶⁶. Outro autor relevante neste campo de estudo foi Wayne Booth que, segundo Oliveira, afirmava que “as modulações técnicas são, em última instância, modulações das vozes do autor: para ele, o autor pode escolher disfarçar-se, mas não pode nunca escolher desaparecer. Isto é, representado ou não, onisciente ou não, digno de confiança ou não, o autor implícito – (ou implicado) – atende sempre ao propósito de comunicar um conjunto de valores ao leitor”⁶⁷.

A linha seguida por Genette, portanto, contrapõe-se a esta última apresentada, visto que leva em consideração as diferenças existentes entre autor e narrador e, também, entre a temporalidade da história e a temporalidade apresentada na narrativa em si, devendo iniciar-se o estudo deste tipo textual através da dicotomia modo-voz. Este par servirá, conseqüentemente, para distinguir quem é o narrador (voz) e quem é o personagem (modo) que, através de seu ponto de vista, direciona toda a perspectiva narrativa.

Ademais, sabendo-se que a focalização está relacionada à ciência do narrador ou do personagem sobre o desenrolar da ação, este conceito pode ser desdobrado em algumas subclassificações: (i) focalização zero, (ii) focalização interna, (iii) focalização externa e (iv) focalização onisciente. O primeiro tipo ocorre quando não há uma limitação das informações, a nível de discurso narrativo, por parte do narrador; ou seja, neste caso, o narrador tem um conhecimento maior do que todos os personagens. Já o segundo corresponde aos casos em que o narrador delimita o que os personagens sabem, sentem ou pensam, por exemplo.

Em contrapartida, quando há a apresentação apenas de aspectos superficiais e explícitos dos personagens, sem mostrar as características internas destes, temos a focalização externa. E, por fim, o item (iv) diz respeito a uma suposta testemunha dos fatos apresentados na narrativa, que conduz a história a partir de uma estrutura lógica mas, ao mesmo tempo, é capaz de ver o íntimo dos personagens, analisar suas ações e, além disso, consegue estar a par de todos os acontecimentos.

Genette afirma, ainda sobre este conceito, que não é possível existir um personagem focalizador ou focalizado, visto que a focalização estaria restrita ao nível do discurso, o que faz, conseqüentemente, com que seja apenas o narrador o elemento responsável por realizar a focalização. Assim, Oliveira afirma que, seguindo essa linha de raciocínio, “desse pressuposto resulta a noção de que um narrador autodiegético

⁶⁶ Raquel Trentin Oliveira. (2016). Perspectivas estruturantes: contribuições da narratologia pós-clássica para o estudo da focalização narrativa. Revista da Anpoll, 1(41), p. 107-117, consultado em: 11/02/2023, p. 109.

⁶⁷ *Idem, Ibidem.*

primeiro vive/percebe a história e depois a narra, ou de que um narrador pode falar em terceira pessoa aproveitando a percepção das personagens”⁶⁸.

Tal afirmação significa que, na perspectiva de Genette, “a focalização requer a restrição ou não do discurso pelo narrador (ou mesmo pelo autor, como admitido por ele), à percepção das personagens que vivem na/a história”⁶⁹. Todavia, ainda que o modelo proposto por Genette tenha sido alvo de críticas por causa de seu caráter delimitador e restritivo, a ligação entre modo e voz continua a ser defendida e utilizada nos estudos contemporâneos sobre a focalização, às vezes até dialogando com a psicologia cognitiva, o que demonstra sua grande importância dentro da narratologia.

1. 6. *O Sal da Terra*: narrador heterodiegético e onisciente

Ao afirmar que o narrador da obra *O Sal da Terra* é heterodiegético e onisciente, isto significa que encontraremos, ao longo da história, passagens que indicam a total consciência que este tem acerca de todos os acontecimentos, sendo marcadas pelo uso da terceira pessoa. Entretanto, na visão de Lígia Chiappini, que é baseada nas tipologias de Friedman, há alguns tipos de onisciência dentro dos textos narrativos, o que será abordado nesta seção, a fim de identificarmos se algum deles pertence ao narrador da história de Miguel Real, lembrando que, para que isto seja feito, serão levadas em consideração as características predominantes encontradas na narrativa, visto que não há a pretensão de encontrar uma única característica definidora e qualificadora em estado puro e claramente identificável no discurso.

De acordo com o que Chiappini apresenta em *O foco narrativo* (1997), Friedman categoriza algumas tipologias de narrador tendo como base a onisciência de cada um, sendo o primeiro um narrador “autor onisciente intruso”, que tem a liberdade para narrar da maneira que preferir, colocando-se em qualquer posição que lhe convenha dentro da narrativa, sem preocupar-se com os limites estabelecidos entre tempo e espaço e sendo caracterizado pela intrusão, visto que predomina a presença de seus pensamentos e percepções, que podem estar relacionados ou não com a história a ser narrada. Além disso, pode ser considerado um narrador capaz de “narrar da periferia dos acontecimentos, ou do centro deles, ou ainda limitar-se e narrar como se estivesse de fora, ou de frente, podendo, ainda, mudar e adotar sucessivamente várias posições”⁷⁰,

⁶⁸ *Idem, Ibidem*, p. 110.

⁶⁹ *Idem, Ibidem*, p.110.

⁷⁰ Lígia Chiappini & Moraes Leite. (1997). *O foco narrativo*. São Paulo: Ática, p. 27.

como ocorre em diversas obras do escritor brasileiro Machado de Assis, por exemplo, que acaba, muitas vezes, por romper com a verossimilhança.

Em seguida, há a categoria do “*eu* como testemunha”, que narra em 1ª pessoa apesar de ser um elemento interno à narrativa, “que vive os acontecimentos aí descritos como personagem secundária que pode observar, desde dentro, os acontecimentos, e, portanto, dá-los ao leitor de modo mais direto, mais verossímil”⁷¹. Desse modo, este tipo acaba por possuir uma visão limitada acerca dos fatos e dos acontecimentos, podendo apenas interferir e sugerir hipóteses com base nas informações às quais teve acesso direto.

A próxima tipologia diz respeito ao “narrador-protagonista”, que é aquele que “Narra de um centro fixo, limitado quase que exclusivamente às suas percepções, pensamentos e sentimentos”, e, conseqüentemente, tem o caráter da onisciência eliminado desta estrutura. Nesta parte, a autora utiliza como exemplo o personagem Riobaldo, da obra *Grande sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa, publicada pela primeira vez em 1956, pois tudo o que acontece na história é narrado através da perspectiva de Riobaldo, sendo ele, junto com seu amigo Diadorim, os personagens principais.

Por fim, a autora apresenta o conceito de “narrador onisciente neutro”, que fala em terceira pessoa e que apresenta e explica a categorização dos personagens, apesar de agir como o tipo intruso, anteriormente mencionado, nos momentos em que há a indicação do ângulo e da distância, por exemplo, com a diferença que este não apresenta instruções ou comentários sobre os personagens da obra. Ainda assim, deve ficar evidente a sua posição entre leitor e história, estando presente em romances dos séculos XIX e XX, principalmente. Este, portanto, é o tipo de narrador predominante na obra de Miguel Real, que é a base deste estudo, conforme percebe-se no trecho a seguir, que ilustra no primeiro capítulo a descrição dos momentos finais antes da morte do Padre Antônio Vieira:

“O padre Antônio Vieira repousava sereno na sua cela do Colégio, Mundé e o padre José Soares tinham-no elevado sobre almofadões para que do poial da janela vislumbrasse o samba-de-roda dos negros no terreiro, bailado ao som do berimbau, do bandolim, da harmónica, do atabaque e do agogô, era o coração ridente do povo negro, inocente e alegre, explorado e escravizado, entoando cânticos aos voduns, orixás e santos protectores e a Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, sua mãe no martírio e na esperança, um povo feliz em circunstâncias infelizes, pensara Vieira. O padre Antônio Vieira sentia-se o português mais fracassado de todos os tempos, nada do que sonhara se

⁷¹ *Idem, Ibidem*, p. 36.

cumpriam, todas as suas profecias se tinham frustrado, todos os seus planos políticos se tinham gorado, apreciado apenas como orador, pouco se satisfazia com os ecómios de d. João IV e da rainha Cristina da Suécia sobre a sua lábria de orador, sacrificara as suas ideias nacionalistas para escrever a *Clavis Prophetarum* e não a acabara, não a acabaria, oferecera-se àquele jesuíta italiano de Olinda, para que a terminasse e a publicasse em nome próprio, mas ele recusara, não era obra sua, o padre Vieira sabia que não era obra do jesuíta italiano, era obra sua, a mais sábia, a mais lúcida, para a editar dispunha-se a ocultar seu nome, importante era que o mundo soubesse que o tempo do Reino de Cristo Consumado se aproximava.”⁷²

Ademais, em relação à onisciência presente em alguns textos narrativos, a autora indica que há dois tipos: onisciência seletiva múltipla e onisciência seletiva, com base nas definições de Friedman. A primeira definição, também chamada de multisseletiva, refere-se a uma narrativa que não tem um narrador propriamente dito, ou seja, as informações são apresentadas através da visão dos personagens, o que revela a distinção entre este tipo e a onisciência neutra, visto que “agora o autor traduz os pensamentos, percepções e sentimentos, filtrados pela mente das personagens, detalhadamente, enquanto o narrador onisciente os resume depois de terem ocorrido”⁷³. Desse modo, o estilo predominante na onisciência múltipla será o indireto livre, enquanto na onisciência neutra encontraremos o estilo indireto.

Todavia, a segunda categorização é muito semelhante à primeira, havendo distinção apenas em relação à quantidade de personagens, pois nesta apresentará uma variedade maior, não apenas um. Além disso, ocorrerá também uma limitação maior na narrativa, da mesma forma como acontece nos casos do narrador-protagonista, que apresenta um centro fixo. Assim, o estilo utilizado neste tipo será o mesmo do primeiro: o indireto livre.

Vale ressaltar, portanto, as definições e características que definem os tipos de estilo abordados na perspectiva da análise do discurso. O primeiro seria o discurso direto, que é basicamente um processo de citação ao longo do texto marcado por sinais gráficos, como o uso dos dois pontos e, em seguida, do travessão na linha seguinte, além da presença recorrente de verbos como dizer, responder e perguntar, por exemplo. No trecho a seguir, da obra de Miguel Real, presente no capítulo Bahia, na secção “O Padre António Vieira prega aos pretos do Engenho Novo: *o doce inferno*”, podemos observar indícios desse tipo de discurso, ainda que com características distintas:

⁷² Miguel Real. (2008). *O Sal da Terra*, p. 19.

⁷³ Lígia Chiappini & Moraes Leite. (1997). *O foco narrativo*, p. 46.

“o padre Vieira ria-se para os escravos, a vós os ‘panos’, isto é, a vaidade, não corrompe porque sempre andaram nus e se os vestísseis desde logo se ensujariam, tal os trabalhos que dia e noite penam que nem tempo fruem para rezar o rosário, esta era a mais brutal queixa que Vieira ouvia constantemente dos pretos, não tinham tempo para rezar o rosário a Nossa Senhora, em Engenho Novo, felizmente, meu pai deu ordem que o domingo e os dias santos fossem respeitados, Vieira olhara para Pains, este acenou que sim, Vieira preparara um sermão, usava os escravos do pai mas, desejando publicar o sermão, dirigia-se a todo o povo negro, mesmo o forriado: pretos, disse, entre todos os mistérios do rosário haveis de ser mais particularmente devotos dos que são mais próprios do vosso estado, da vossa vida e da vossa fortuna, que são os mistérios dolorosos.”⁷⁴

Conforme é possível observar, na linha 9 há o termo “disse”, para indicar que a fala em questão é do Padre Antônio Vieira, entretanto, não há a presença dos sinais gráficos inerentes ao discurso direto, de acordo com o seu uso padrão. Esta estrutura presente no trecho acima é utilizada por Miguel Real durante toda a narrativa deste livro e, mesmo que não possua a marcação explícita do início de uma fala de personagem, o próprio leitor é capaz de identificar essas rupturas no texto em si e perceber quem fala naquele momento, sem prejudicar a fluidez deste gênero e destacando, ainda, a polifonia narrativa, que é uma característica visível nesta obra e que também está presente nos outros estilos de discurso.

Seguindo essa perspectiva, é possível encontrar neste mesmo trecho elementos que indicam um discurso indireto, que é aquele em que há a voz de um enunciador, podendo ser percebida através de marcas gramaticais, como o uso do pretérito-mais-que-perfeito nas linhas 6 e 7, por exemplo, em “olhara para Pains” e “preparara um sermão”, respectivamente, em contraposição aos verbos no presente no momento em que ocorre um discurso direto, acontecendo literalmente uma mudança ao nível da dêixis pessoal.

Por fim, temos o discurso indireto livre, que é o que mais se adequa ao trecho em questão, visto que a voz do narrador e a voz do personagem se confundem, ainda que seja possível identificar o lugar de fala de cada um. Dessa forma, acaba por apresentar características tanto do discurso direto quanto do discurso indireto, principalmente se observarmos a ausência de subordinação sintática ou as transposições ao nível pessoal, temporal e espacial. Tais características ressaltam o valor polifônico deste estilo, já que possui elementos de tipos diferentes que, agora, coabitam o mesmo texto.

⁷⁴ Miguel Real. (2008). O Sal da Terra, p. 123.

Capítulo II

A História dentro da Ficção n' *O Sal da Terra*

2.1 A construção da identidade portuguesa e a importância de Padre Antônio Vieira

Neste capítulo entraremos na temática principal da obra de Miguel Real, mas, antes disso, é necessário fazer uma análise daquilo que formou e transformou a identidade portuguesa, como a conhecemos hoje, e a relevância deste personagem histórico para o autor. Para isso, ressalto a rica obra, através da qual Álvaro Manuel Machado relembra que, em uma entrevista dada por Miguel Real, ao ser perguntado sobre qual seria seu escritor favorito, dá como resposta três nomes: Padre Antônio Vieira, Eça de Queirós e José Saramago, sendo Vieira o representante máximo da face mística de Portugal. E, segundo Machado,

“Esta afirmação é bem significativa da sua, digamos, “obsessão” pela cultura portuguesa através dos séculos e, mais precisamente, pela imagem de Portugal no mundo. De facto, esses três escritores permanentemente favoritos de Miguel Real foram, cada um à sua maneira e em circunstâncias temporais e sociais bem diversas, escritores “estrangeirados” ou, como diria George Steiner, “extraterritoriais”. Os três sentiram e pensaram Portugal à distância e em convívio íntimo com línguas e culturas estrangeiras.”⁷⁵

Desse modo, vale lembrar que, para entendermos Portugal no sentido de uma nação, devemos voltar historicamente aos séculos XII-XIII, entretanto, o sentimento de identidade nacional apenas surgirá com a crise política e econômica de 1383-1385, período no qual esse ideal será consolidado em praticamente todas as camadas sociais, que passam a lutar pela manutenção do estado nacional.

Outro episódio marcante, e que acontece mais adiante deste, será a época de maior prestígio para o povo português: a era dos Descobrimentos; que terá

⁷⁵ Carla Sofia Gomes Xavier Luís, Annabela Rita & Alexandre António da Costa Luís (2022). Miguel Real-40 anos de escrita: literatura, filosofia e cultura. Covilhã, LusoSofia: *Press*, Universidade da Beira Interior, 2022, p. 88.

consequências até aos dias atuais. Portanto, conforme salienta Joaquim Barradas de Carvalho, fica evidente que

“Toda a história de Portugal gira em torno dos descobrimentos marítimos e da expansão dos séculos XV e XVI. Tudo o que aconteceu antes não foi mais do que uma preparação para esses grandes empreendimentos. Tudo o que aconteceu depois foram — e são ainda (1974) —consequências desses grandes empreendimentos”⁷⁶.

Desse modo, não é possível falar na construção de uma identidade portuguesa sem pensar na expansão marítima, especificamente, no século XVI.

Entretanto, ao contrário do que se pensa, Portugal havia iniciado sua trajetória expansionista por via marítima na época do Infante D. Henrique, quase um século antes. Nesse período, exatamente no ano de 1415, Portugal realizou a conquista de Ceuta⁷⁷, que será, posteriormente, um marco do início de sua expansão territorial e ultramarina, impulsionando o reino para os séculos seguintes, marcados por altos e baixos em sua história. Além disso, conforme afirma Luís Filipe Barreto: “A expansão dos Portugueses, devido ao pioneirismo temporal, à máxima dispersão espacial e à capacidade de adaptação à pluralidade das condições, é, nos séculos XV e XVI, o maior contributo para o nascimento de uma cultura mundial⁷⁸”; ou seja, é a partir do processo expansionista que Portugal começa a construir, de fato, o que será a base de sua identidade nacional, sustentando-se, essencialmente, nos momentos bons e gloriosos, os quais incluem, em grande parte, o Brasil, que pode ser considerado uma das colônias que mais gerou frutos para o povo português. Acerca disso, perguntamos ao autor na entrevista que realizamos para esta dissertação o motivo que o levou a ter interesse pela cultura brasileira, já que esta temática é recorrente não só na obra *O Sal da Terra* como também em outras que compõem o chamado “ciclo brasileiro”, e cuja resposta apresento a seguir:

“O grande motivo do interesse pelo Brasil residiu numa bolsa de estudo de quatro meses em 2001, do Centro Nacional de Cultura para eu visitar todos os locais onde padre António Vieira vivera – esta é a origem de todos os livros meus sobre o Brasil: ensaios, livros de viagem e romances. Durante 10 anos regressei todos os anos ao Brasil, pelo menos um mês, por vezes um mês e meio. Misturados com romances de personagens e temas portugueses, assim nasceram os romances *Memórias de Branca Dias* (2003), *A Voz da Terra*

⁷⁶ Joaquim Barradas de Carvalho. (1974). Rumo de Portugal. A Europa ou o Atlântico? (Uma perspectiva histórica). Lisboa: *Livros Horizonte*, p. 43.

⁷⁷ Cf. Alexandre António da Costa Luís. (2023). *Estudos sobre a expansão portuguesa*. Covilhã, LusoSofia: Press, Universidade da Beira Interior, pp. 5-46, no prelo.

⁷⁸ Luís Filipe Barreto. (1997). “O sentido da expansão portuguesa no mundo (séculos XV-XVII)”. In *Revista da Administração Pública de Macau*, n.º 36, vol. X. Macau: *Imprensa Oficial de Macau*, p. 377.

(2005), *O Último Negreiro* (2006), *O Sal da Terra* (2008), *A Guerra dos Mascates* (2011). Em 2011, recebi um convite para ir à Índia (*O Feitiço da Índia*, 2012), no ano seguinte um convite para ir a Macau (*A Cidade do Fim*, 2014). Foi assim que, involuntariamente, o azimute das viagens se alterou, e o Brasil começou a ficar, não esquecido, nunca esquecerei as cidades brasileiras onde vivi ou pernoitei, mas submerso entre os convites orientais e, igualmente, os convites para dar cursos ou conferências de cultura portuguesa. De um modo simples e direto, digamos que fui para o Brasil para estudar o padre António Vieira e acabei por me apaixonar pelo país e pelas gentes, daí a dispersão geográfica e temática dos meus livros sobre este país.” (vide Apêndice, entrevista na íntegra)

Portanto, além de salientar a importância dos Descobrimientos, é necessário lembrar que muito da glória de Portugal está relacionada aos mitos que envolvem sua história durante séculos. Neste aspecto, Miguel Real relaciona esta parte da história como sendo fundamental para o conceito de *Portugal suspenso no tempo*, visto que muitos desses mitos foram sempre as justificativas para aquilo que acontecia ao país ao longo dos séculos e, neste caso, Padre Antônio Vieira passa a ser uma figura essencial e de extrema importância.

2.2 Os mitos por trás da glória e a catequização dos indígenas

Entre os tantos mitos que pairam sobre o imaginário português até aos dias de hoje, destaco entre eles brevemente os quatro principais, que de certa forma continuam presentes em grande parte da cultura nacional e que também são objeto de estudo de Miguel Real: (i) o complexo viriatino, que explica a origem exemplar do povo português como aquele que é pobre, porém puro e virtuoso; (ii) o complexo vieirinho, que surge a partir da afirmação de Padre Antônio Vieira de que haveria um quinto império, em forma de profecia, pois Portugal seria uma nação superior; (iii) o complexo pombalino, que indica Portugal como nação inferior por causa da Igreja Católica, que limita e atrasa a evolução do país no contexto europeu; e, por fim, o (iv) canibalismo cultural, ou culturofagia, no sentido de que as culturas que surgem anulam, automaticamente, aquela que veio anteriormente, sem ser possível a coexistência de ambas.

Desse modo, aquele que mais afetou, historicamente, a mentalidade dos portugueses nos últimos séculos foi a ideia do Portugal messiânico, que acabou sendo o responsável por deixar o país, de fato, suspenso no tempo, sempre à espera de um acontecimento milagroso que viesse para resolver todos os problemas existentes. Nessa

perspectiva, Carla Sofia Luís destaca em Miguel Real a consequência desses pensamentos cristalizados, pois estes geram “a questão do imobilismo e profunda desigualdade social que se tem perpetuado ao longo dos tempos⁷⁹”, baseando a evolução de uma nação em questões supersticiosas e ignorando o caráter educacional e cultural como ponto de partida para as mudanças necessárias no sistema político-econômico-social.

Ao ser questionado sobre a busca e esperança incessantes no elemento transcendente, inclusive a partir de Nossa Senhora de Fátima (que representa um elemento cristão-católico mais atual), e que a todo o tempo é representado através da figura de Padre Antônio Vieira, Miguel Real afirma o seguinte:

“Padre António Vieira era sacerdote, convivia diariamente com o transcendente, a espiritualidade. Portugal tem 800 anos de catolicismo, que se lhe entranhou no corpo e na mente como uma segunda pele ou como um inconsciente permanente. Como diziam Saramago que se confessava ateu, e Eduardo Lourenço, agnóstico, ainda que não praticantes, eram culturalmente “cristãos” porque assim tinham sido educados. Não é possível perceber a identidade portuguesa amputando-a do elemento religioso. Por isso, a Nossa Senhora de Fátima surge, para muitos portugueses, sobretudo portuguesas, como o centro atual de um movimento sebastianista sem D. Sebastião.” (vide Apêndice, entrevista na íntegra)

Ainda sob esse ponto de vista, o autor nos diz que o próprio Padre Antônio Vieira “é não só um mito permanente na cultura portuguesa desde a segunda metade do século XVI como influenciou a personalidade cultural dos portugueses, um povo passivo, resignado, que aguarda permanentemente um Outro que o venha resgatar.” (vide Apêndice, entrevista na íntegra). Para tanto, temos a *saudade* como elemento que simboliza essa eterna espera pelo outro, na esperança de retorno de uma época longínqua, porém gloriosa.

É importante destacar que grande parte da construção desses mitos tem por base a Igreja Católica, responsável pela edificação do ideal cristão em Portugal e em suas respectivas colônias, principalmente durante o período dos Descobrimentos. Um relevante exemplo da influência que a Igreja tem na construção da sociedade e da cultura portuguesa está na própria Carta de Pero Vaz de Caminha, pois a maior parte dos acontecimentos descritos gira em torno dos rituais religiosos da época. E este fator inclui,

⁷⁹ Carla Sofia Gomes Xavier Luís. (2018). Para uma Leitura de Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa, de Miguel Real. in Revista Triplo V. Série Gótica. Primavera 2019, disponível em <https://triplov.com/revistaTriplov/para-uma-leitura-de-tracos-fundamentais-da-cultura-portuguesa-de-miguel-real/>, (acesso em 21/11/2020), s/l, p. 8.

obviamente, a relação com os povos originários brasileiros. Podemos, inclusive, fazer uma analogia à tal Carta com a obra *O Sal da Terra*, pois o melhor amigo de Padre Antônio Vieira é o indígena Mundé, que a todo o tempo acompanha Vieira em suas missões e participa de todas as cerimônias da Igreja promovidas pelo padre. Tal catequização serviu, aliás, à formação de um argumento legitimador da própria colonização e da maneira como ela aconteceu no início da colonização brasileira e durante séculos seguidos.

Baseado no que foi exposto na carta de Caminha, por exemplo, tornou-se evidente na época que seria uma tarefa fácil catequizar os indígenas brasileiros, vide a inocência que eles apresentaram durante os primeiros contatos com os ritos católicos. Segundo Luís da Fonseca:

“há, portanto, um optimismo sobre as facilidades e o êxito da missionação que, se circunstancialmente não terá sido alheio ao modo como, na mesma conjuntura temporal, decorre a missionação na África negra, engranja com o messianismo subjacente: é esperança num futuro próximo e, ao mesmo tempo, remissão para um estágio anterior. O paraíso – cuja veracidade é aqui garantida pela experiência de novidade – está, assim, simultaneamente no depois e no antes.⁸⁰”

Todavia, o estereótipo que se tem dos indígenas (preguiçosos, molengas e dispostos a aceitar a religião católica, por exemplo) é desconstruído na figura de Mundé, até porque nenhum desses elementos retrata a realidade de vida desses povos. Em virtude disso, perguntei ao autor se o objetivo dele foi realmente fazer essa desconstrução, e a resposta foi a seguinte:

“Exatamente. Acompanhando o padre Vieira, Mundé liberta-se dos estereótipos sociais atribuídos ao índio desde os Bandeirantes de São Paulo. Repare que, na peça de teatro, Mundé entra em conflito com o próprio D. João IV e a rainha Luísa de Gusmão, que não percebiam por que Vieira se acompanhava sempre de Mundé. Tentei atribuir a este as qualidades que Pêro Vaz de Caminha descreve na sua carta sobre o achamento do Brasil: maior sensibilidade que racionalidade e sensualidade à flor da pele.” (vide Apêndice, entrevista na íntegra)

⁸⁰ *Idem, Ibidem*, pp. 43-44.

2.3 Padre Antônio Vieira: a personalidade histórica

Padre Antônio Vieira é, sem dúvida, uma das personalidades históricas mais importantes nas culturas portuguesa e brasileira, tanto que, até aos dias de hoje, sua vida e, principalmente, sua obra continuam sendo objeto de estudo no campo acadêmico, inclusive, como tema obrigatório nas aulas de literatura no Brasil, em virtude de seus sermões e de sua relevância para a construção do período Barroco. Entretanto, pouco se fala em sua trajetória pessoal, que foi a responsável por construir a sua fama e, conseqüentemente, por influenciar em todo o seu percurso como padre, orador, conselheiro político e defensor dos direitos dos indígenas durante o processo de colonização do Brasil.

De acordo com Azevedo e Silva, Antônio Vieira nasceu em 1608, em Portugal, e, aos 8 anos, foi para o Brasil com sua família, pois seu pai iria exercer serviços administrativos no estado da Bahia, localizado na região do Nordeste brasileiro. Foi lá que deu prosseguimento aos estudos no Colégio dos Jesuítas, desenvolvendo sua capacidade linguística com o latim e aprimorando sua oratória. Por causa dessas qualidades, quando ingressou na Companhia de Jesus, aos 15 anos, “foi encarregado, pelo Provincial, de redigir, em latim, a carta anual a enviar ao Geral da Companhia. Em 1634, foi ordenado sacerdote”⁸¹.

De igual modo, José van den Besselaar afirma que a vida Vieira foi “um drama cheio de peripécias”⁸², visto que, ao observarmos sua trajetória, “não podemos subtrair-nos à impressão de que a causa principal do seu destino turbulento foi o seu espírito irrequieto”⁸³. Além disso, destaca sua capacidade de persuasão através de seus escritos e de seus discursos, especificamente seus sermões, que compreendem uma das partes mais famosas de sua produção literária. Assim, ainda segundo o autor, “A palavra e a escrita eram, para ele, uma poderosa alavanca para levantar as massas inertes, mostrando-lhes o caminho para um futuro menos rotineiro e mais humano”⁸⁴.

Durante algum tempo, enquanto ainda fazia parte do noviciado, Vieira acompanhou o trabalho de evangelização dos padres jesuítas em uma aldeia indígena no sertão, fato este que contribuiu muito para que ele quisesse dedicar sua vida à conversão deste povo. Esta experiência, entretanto, durou pouco tempo, pois precisou regressar à capital para receber uma formação mais adequada. Em seguida, no segundo ano de seu

⁸¹ José Manuel Azevedo e Silva. (2008). Padre Antônio Vieira: do mito de Ourique à utopia do Quinto Império. Coimbra: *Coimbra University Press*, p. 145.

⁸² José van den Besselaar. (1981). Antônio Vieira: o homem, a obra, as ideias. Lisboa: *Biblioteca breve*, p. 8.

⁸³ *Idem, Ibidem*, p. 8.

⁸⁴ *Idem, Ibidem*, p. 9.

noviciado, assistiu à tentativa de invasão dos Holandeses ao território brasileiro, tendo de refugiar-se juntamente com outros clérigos e, inclusive, com a própria população da Bahia.

Este episódio teve grande relevância na vida de Vieira, tanto que escreveu um sermão sobre isso quando não era nem subdiácono, em março de 1633, segundo Besselaar. Desse modo, “Os Holandeses eram, no dizer de Vieira, abelhas coléricas que, atraídas pelo mel pernambucano, acometeram os canaviais do Brasil com fúria – mas consola-o a lembrança de que é próprio das abelhas, em picando, caírem mortas”⁸⁵. Além disso, posteriormente, Vieira escreveria o “Sermão pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda”, sobre a mesma temática do primeiro, o qual servia para mostrar que Deus estaria ao lado dos portugueses (católicos) na disputa contra os holandeses, que representavam o protestantismo, sendo considerado um povo herege e diabólico, que atuava em favor das trevas.

Acerca disto, Besselaar ressalta que, neste momento, Portugal vivia uma “guerra santa”, já que era considerado o “povo eleito” e precisava pagar por seus pecados, por isso Deus havia permitido que tal batalha acontecesse, porque os portugueses “se mostravam indignos da protecção divina”⁸⁶. Dois anos depois deste incidente, “encarregado pelos seus superiores de escrever a «Carta Ânua» ao Padre Geral em Roma, descreve os acontecimentos do ano calamitoso de 1624. Nessa altura não podia prever que os piratas da Holanda lhe haviam de absorver grande parte dos seus cuidados durante mais de 25 anos”⁸⁷.

Posteriormente, através do convívio diário com os indígenas, aprendeu a língua tupi, que seria massivamente usada em sua catequese e implementada na tentativa de conversão deste povo para o catolicismo e, também, na tentativa de evitar a entrada do protestantismo na região através da Companhia da Índias Ocidentais, especificamente dos holandeses. Em virtude de tais feitos, foi chamado, por Fernando Pessoa, de “imperador da língua portuguesa”, não só pelos seus sermões mas, também, por todo o processo linguístico que envolveu a implementação das missões jesuítas nas comunidades indígenas.

Depois de uma vida dedicada às missões de evangelização e ao advento do Quinto Império, Vieira faleceu no estado da Bahia, aos 89 anos, no dia 18 de julho de 1697. Este episódio, inclusive, aparece no primeiro capítulo da obra de Miguel Real, intitulado “A morte triste e sorridente do Padre António Vieira”, que se inicia na página 15 desta obra.

⁸⁵ *Idem, Ibidem*, p. 12.

⁸⁶ *Idem, Ibidem*, p. 11.

⁸⁷ *Idem, Ibidem*, p. 11.

Até ser indicado este momento, há um relato apressado dos acontecimentos, indicando certa agonia até chegar ao clímax, intercalando os relatos aos elementos cristãos e da cultura popular. Na obra, o padre Soares lê trechos do Sermão da Sexagésima no velório de Vieira, em que estavam todos presentes; não só políticos e clérigos, mas todos os habitantes daquela região, incluindo negros e indígenas, além dos próprios portugueses.

“O funeral obedecera a ordens do padre António Vieira, o seu corpo seria velado e levado à sepultura no esquife de madeira de pinho português que carregava os corpos mortos dos pretos para o campo santo da Igreja da Misericórdia; para a derradeira despedida de São Salvador, sairia pelo portão de argelim verde do Colégio, as duas portadas abertas, por onde, fugido dos pais, António Vieira, o Antoninho, entrara para os jesuítas havia setenta e quatro anos, circundaria o Terreiro de Jesus numa carriola nua, puxada, não por cavalos nem por escravos, ostentados pelos poderosos do mundo na sua morte, mas por dois noviços da Companhia, os mais inteligentes e mais prestativos, que tivessem jurado dedicar-se à missão. O padre Vieira não poderia adivinhar que a cidade inteira se concentraria no Terreiro de Jesus para dispensar um adeus àquele que, todos estavam certos, fora o mais ilustre dos seus habitantes, afamando o nome da sua cidade por todo o Império, o bispo do Brasil presidira à liturgia da missa, quatro círios gigantes em castiçais de ouro rodeavam o féretro, assente numa essa sólida de pau-rosa envolta em veludo adamascado; numa peanha, à direita do altar, resplandecia, iluminada por duas tochas tombadas da parede, a imagem de Nossa Senhora das Maravilhas”.⁸⁸

Ao final do velório, o padre José Soares indica que Vieira não havia deixado como herança nenhum bem material, mas que apenas “morrera e nada legara senão o fruto da sua palavra”⁸⁹ que, nos contextos histórico e literário, perpetua-se até aos dias de hoje.

Entretanto, esta imagem atual que se tem de Vieira, com relevância histórica, política, filosófica e religiosa como elementos positivos, esteve perdida durante algum tempo por causa dos fracassos que giraram em torno das intervenções da Companhia de Jesus. De acordo com Miguel Real, “entre 1777, fim do consulado do Marquês de Pombal, e 1933, ano da implantação do Estado Novo, a obra do Padre António Vieira viu-se contaminada”⁹⁰ e, durante todos estes anos, “foram valorizados os *Sermões*, que receberam várias edições parciais. A atribuição da autoria do livro *A Arte de Furtar* ao

⁸⁸ Miguel Real. (2008). Padre António Vieira e a Cultura Portuguesa. Lisboa: *QuidNovi*, p. 22.

⁸⁹ *Idem, Ibidem*, p. 26.

⁹⁰ *Idem, Ibidem*, p. 15.

padre António Vieira contribuiu fortemente para aprofundar o juízo negativo sobre a sua obra”⁹¹.

Por fim, após ser expulsa pela segunda vez, em 1911, a Companhia de Jesus regressou a Portugal no ano de 1925, “iniciando-se na década de 1930 a lenta recuperação da imagem positiva do padre António Vieira como o maior prosador e pregador português”⁹².

2.4 A construção do Barroco brasileiro e a influência de Vieira

Como já se sabe, Antônio Vieira é um dos principais nomes relacionados ao período Barroco, que foi construído no Brasil como uma espécie de espelho do Barroco Português, da mesma forma como aconteceu com outros movimentos literários, de caráter eurocêntrico, que se irradiavam em medidas distintas para as respectivas colônias naquela época. Levando em consideração que este período teve influência direta nos contextos social, político, econômico e religioso dos dois países, mas com impactos mais significativos no Brasil, é importante destacar o que Redies esclarece a respeito desse momento. Segundo o autor,

“Para entender o contexto em que o Barroco se insere, é importante lembrar que, com o fim da Idade Média, deu-se a ascensão da burguesia e de seus interesses mercantis, o que possibilitou o Renascimento antropocêntrico, em contraste com os valores do feudalismo agrário conectado à visão teocêntrica da Igreja Cristã Medieval. A resistência ao recrudescimento da posição da Igreja Católica levou o Cristianismo a uma divisão de forças na Europa, denominada de Reforma, e à conseqüente reação da Igreja Católica, a Contra-Reforma.”⁹³

Tal explanação histórica é essencial para que se perceba o que esteve por trás da construção deste movimento literário, com diversas implicações na sociedade durante o século XVII.

Através da Reforma Protestante, liderada por Martinho Lutero, a Igreja Católica começou a perder o espaço que tinha até àquele momento, vendo sua quase hegemonia diluir-se cada vez mais, o que afetava diretamente diversas relações de poder entre os

⁹¹ *Idem, Ibidem*, p. 15.

⁹² *Idem, Ibidem*, p. 15.

⁹³ Amarildo Britzius Redies & Greice da Silva Castela. (2014). Delimitação estética e histórica do Barroco. Cascavel: *Edunioeste*, p. 3.

países, principalmente europeus, naquele século. Para tanto, iniciou a Contra-Reforma, na tentativa de recuperar aquilo que lhe “pertencia” antes do protestantismo tentar substituir o catolicismo. E Portugal, durante este episódio, manteve-se firme e lutou para reafirmar o catolicismo em seu território e, principalmente, nas suas colônias, através das missões jesuítas, das quais participou o Padre Antônio Vieira no nordeste brasileiro.

Tendo o Barroco se desenvolvido num contexto de grandes mudanças, o autor afirma que, em virtude das diversas disputas religiosas, “alguns teóricos chegaram a restringi-lo como a escola da Contra-Reforma, mas essa é uma questão que não pode ser simplificada, afinal o Barroco apresenta um grau de complexidade que não se resolve apenas pelas questões de fé”⁹⁴, ainda que, para esta dissertação, este viés tenha mais relevância que os outros aspectos.

Em relação à escrita literária do Barroco, temos como elementos essenciais o uso abundante de figuras de linguagem e de estilo, assim como o vocabulário mais rebuscado, sempre em contraste com aquilo que se encontra no Renascimento, por exemplo. Há a presença constante de metáforas, hipérboles, antíteses e paradoxos, associados a elementos mais sensoriais, e que também levam em consideração os conflitos internos dos autores.

Estas características estão fortemente presentes no discurso de Padre Antônio Vieira, especificamente nos seus sermões, e sua boa oratória é a todo o tempo valorizada e lembrada na obra *O Sal da Terra*. É através deste dom que ele consegue convencer tanta gente a seguir seus ideais, não só com a catequização do povo da Bahia (indígenas, negros escravizados e a população local em geral), mas também com seu trabalho político atuando como uma espécie de conselheiro dos reis da época. O silogismo aristotélico (recurso linguístico baseado numa relação lógica que leva a apenas uma forma de interpretação, através da apresentação de premissas), portanto, é amplamente utilizado por Vieira, que parte de metáforas da Bíblia para fazer comparações com determinado momento em que vivem e, assim, é capaz de convencer a todos, principalmente àqueles que estavam em processo de catequização.

Em relação ao próprio termo *Barroco*, segundo Silva, este é apenas uma representação do real, que acaba por ser construído depois que o movimento em si já está terminado, servindo para delimitar tempo, espaço e estruturas específicas que, a partir daquele momento, passam a ser consideradas inerentes àquele período histórico e/ou literário. De acordo com a autora, “Visto que a construção de um conceito deve partir da necessidade do historiador, enquanto ferramenta ele deve se adaptar à função.

⁹⁴ *Idem, Ibidem*, p. 4.

São as lacunas na compreensão de determinado contexto histórico que permitem, ou melhor, exigem, a elaboração de ferramentas conceituais. Isso considerado, conceitos e categorias devem nascer da própria observação da realidade estudada⁹⁵. Seguindo essa perspectiva, podemos dizer que apenas o sistema dominante será o objeto de estudo principal de determinada época, ainda que os sistemas secundários tenham existido e contribuído de diversas formas para a construção e a manutenção daquele que será o centro das atenções.

Por conseguinte, levando em consideração o século XVII, sabemos que o sistema dominante era regido pela Igreja Católica, em ambos os países lusófonos em questão. Era o catolicismo e, mais ainda, a instituição Igreja que atribuía os valores morais, éticos e até a implementação das hierarquias existentes na sociedade da época, que imperavam como as regras oficiais a serem seguidas por todos. Entretanto, segundo Silva, “Em organizações culturais e religiosas como a organização do Rei do Congo, a Santidade e o culto aos orixás, toda uma hierarquia própria se construía, assim como valores morais e éticos. Ou seja, sistemas de valores outros que não aquele elaborado pela cultura oficial da colonização. No entanto, todos os sistemas de valores coloniais se entrecruzavam, dialogavam entre si, possuindo todos identidades mestiças, incluindo o oficial”⁹⁶.

Não é à toa que vemos esta relação entre sistemas tão diferentes, quiçá até opostos, na obra de Miguel Real. Os personagens que estão a todo o tempo ao lado de Vieira, o personagem principal, são Mãe Sefina (mulher negra e mãe-de-santo), Mundé (jovem indígena e politeísta) e Nossa Senhora das Maravilhas (santa católica de quem ele era devoto). Aqui temos, portanto, elementos culturais completamente distintos que acabam por sofrer essa aproximação e sendo conectados através da figura deste padre jesuíta. Todavia, é evidente para todos estes personagens que quem faz parte do sistema oficial e tenta implementá-lo a todo o custo é, claro, Antônio Vieira, o representante europeu e católico desta história, como acontece, quase sempre, quando nos referimos ao período de expansão, exploração e escravidão iniciado pelos europeus, de modo geral, durante vários séculos, incluindo o XVII.

Antônio Vieira, por mais que tentasse diminuir as diferenças hierárquicas existentes na sociedade, vendo muitas vezes os negros e indígenas como quase iguais aos homens católicos, queria sempre impor a sua verdade, aliás este era seu principal dever, por ser um jesuíta e alguém escolhido para espalhar a palavra de Deus e converter o

⁹⁵ Kalina Vanderlei Silva. (2005). O barroco mestiço: sistema de valores da sociedade açucareira da América Portuguesa nos séculos XVII e XVIII, s/l. Mneme-Revista de Humanidades, 7(16), p. 2.

⁹⁶ *Idem, Ibidem*, p. 5.

maior número possível de almas em favor de sua religião. Na obra *O Sal da Terra*, o personagem de Vieira, ao ver o sofrimento dos negros e o resultado da escravidão, sanguinária e violenta, pensa que aquilo não é correto, conforme vemos na passagem a seguir:

“António Vieira nunca tinha visto a carne fresca e viva de um negro, chocou-o o contraste entre a escuridão da pele e o vermelho da carne, espantou-se e amedrontou-se, dois negros inconscientes tinham sido agrilhoados a um grosso tronco por correntes de ferro, que lhes maceravam as carnes, gangrenando-as, um chibateiro preto vergastava-lhes as nádegas e o tronco sob o grasnar lamuriento de mulheres negras chorosas, o sol feria as costas de António Vieira, um senso de justiça aflorou-lhe no peito, uma revolta instintual cavalgou-lhe o coração, fosse o que fosse que aqueles homens tivessem feito, não mereciam ser tratados assim”⁹⁷.

Entretanto, por mais que tenha havido momentos de “senso de justiça”, como citado anteriormente, em nenhum deles vemos Vieira a dizer taxativamente que a escravidão deveria acabar. Para ele, os negros tinham o diabo no corpo, e não Deus, portanto apenas deveriam ser catequizados. O personagem de padre Fernão Cardim, por exemplo, entendia o negro como um animal, que não tinha sentimentos e que não seguia as leis de Deus, além de afirmar que, a dada altura da obra,

“o preto exprime fisicamente o mal que o seu corpo transporta, nascido em África, o reino do diabo, expia o seu mal pelo trabalho duro como eu pelo suor exprimo a doença do meu corpo, percebes, António?, a escravatura é um castigo necessário, uma punição para que o corpo sofra o que a alma penou, uma provação para que, castigado, sofrido, penitenciado, o corpo liberte a alma para a verdade do Evangelho, o que os hereges não fazem, libertam o preto, transformam-no em força de trabalho e desistem dele [...] abandonam a alma do preto aos seus instintos demoníacos, e estes continuam a adorar vodus e orixás, como vó Sefina, alma do diabo insensível às nossas pregações”⁹⁸.

Em contrapartida, o personagem Mundé afirma o oposto de padre Cardim, dizendo que “os poderes de mãe Sefina não vêm do diabo”⁹⁹ e ainda se coloca na mesma posição de Sefina, que é rechaçada a todo o tempo, pois ele também representa o Mal diante do catolicismo de Cardim e de Vieira e, obviamente, não compactua com essas afirmações a respeito de seu povo e de sua cultura. Ele complementa a primeira fala dizendo que “os nossos pajés também os têm e só fazem bem às pessoas, não existe

⁹⁷ Miguel Real. (2008). Padre António Vieira e a Cultura Portuguesa, p.34-35.

⁹⁸ *Idem, Ibidem*, p. 80-81.

⁹⁹ *Idem, Ibidem*, p. 83.

maldade no meu pajé, Antoniozinho já me ensinou, o diabo não cura, faz sofrer e prolonga o sofrimento, espalha doenças, distribui e generaliza o mal”¹⁰⁰.

Já Sefina, apesar de considerar a maior parte dos homens brancos como pessoas más, que prejudicavam seu povo e desmereciam sua religião, não via Antônio Vieira como um deles e dizia que eles estavam sempre juntos. Na iminência da invasão dos holandeses, inclusive, Antônio Vieira pede que Sefina o apoie e solicita a sua ajuda na missão para expulsar os hereges da Bahia, dizendo a ela que “pretos e brancos têm de ser amigos, é preciso defender juntos a pátria bahiana, esta é também a vossa terra”¹⁰¹, e ela realmente fica ao seu lado.

Desse modo, é nítido o papel de jesuíta evangelizador que Antônio Vieira tem, não só na obra de ficção de Miguel Real, mas também nos dados históricos que temos sobre este período da colonização do Brasil. Por mais que o personagem criado por Miguel Real conviva e até aceite elementos culturais de seus amigos nesta trama, Vieira nunca deixa de tentar impor o catolicismo aos demais, muitas vezes com base na expressão “os fins justificam os meios”, como é o caso da própria escravidão dos negros naquela época, que representavam o diabo e, por isso, deveriam sofrer e passar por todo o martírio necessário para que fossem curados, ou seja, para que finalmente aceitassem seguir a religião católica, aquela que representava o sistema oficial e, assim, deveria ser imposta a todos, o que de fato aconteceu.

Por fim, o elemento/personagem católico que acompanha Vieira do início ao fim desta obra está retratado na figura de Nossa Senhora das Maravilhas, de quem ele é fervoroso devoto. De acordo com Santos e Massimi,

“A estátua de Nossa Senhora das Maravilhas, trazida em 1552 [2] nas caravelas portuguesas, por Dom Pero Fernandes Sardinha [3], primeiro bispo da Bahia, data de antes da época da fundação da Cidade de São Salvador da Bahia [4]. De madeira policromada, parece ter sido fabricada no século XVI, em Portugal, por autor desconhecido. De altura relativamente pequena (65 cm.), é porém uma das imagens sacras mais belas e significativas da época colonial brasileira. A imagem Posteriormente, foi revestida de prata no Século XVII, na Bahia, onde foi colocada na Catedral da Sé, na primeira das sete capelas dedicadas à Virgem”¹⁰².

¹⁰⁰ *Idem, Ibidem*, p. 83.

¹⁰¹ *Idem, Ibidem*, p. 69.

¹⁰² José Eduardo Ferreira dos Santos & Marina Massimi. (2005). Nossa Senhora das Maravilhas: corpo e alma de uma imagem, s/l. . Memorandum: Memória e História em Psicologia, 8, p. 117.

A imagem da santa encontra-se, atualmente, no museu de Arte Sacra da Universidade Federal da Bahia, e uma foto dela aparece na última página da obra de Miguel Real, além de haver diversas passagens em que Vieira roga à Nossa Senhora das Maravilhas para que alcance as graças de que necessita ao longo da história. Além disso, vale ressaltar que esta imagem faz parte da cultura baiana, visto que os fiéis no período colonial recorriam a ela em busca de auxílio. Os autores ainda ressaltam a importância de relacionar Padre Antônio Vieira a esta santa, já que

“Segundo a tradição, foi contemplando a beleza desta imagem diante da qual ele, ainda menino e estudante do Colégio de Jesus em Salvador, rezava, que ocorreu-lhe o famoso “estalo” [8], que o tornou inteligente e arguto, um brilhante orador, como documentam seus sermões e suas obras. Conta-se que após uma dor de cabeça, o entendimento de Vieira se abriu e ele tornou-se pródigo em inteligência: talvez esta anedota seja exemplar do significado da imagem ao qual já acenamos: é uma experiência de maravilha que abre ao entendimento da realidade”¹⁰³.

Entretanto, ainda que a imagem tenha sobrevivido à invasão holandesa naquela época, Santos e Massimi também destacam que, em 1624, a mesma imagem fora roubada da Sé, tendo sido desfeita em pedaços, com os braços e pernas de Maria e do menino Jesus arrancados, que foram reconstituídos após encontrarem todos os pedaços que faltavam. Este episódio teve tanta relevância para a população da Bahia que Gregório de Mattos escreveu um poema dedicado a esta situação, intitulado “Ao braço do mesmo Menino Jesus quando apareceu”, que agora passo a citar:

“O todo sem a parte não é todo,
A parte sem o todo não é parte,
Mas se a parte o faz todo, sendo parte,
Não se diga, que é parte, sendo todo.

Em todo o Sacramento está Deus todo,
E todo assiste inteiro em qualquer parte,
Em qualquer parte sempre fica o todo.

¹⁰³ *Idem, Ibidem*, p. 120.

O braço de Jesus não seja parte,
Pois que feito Jesus em partes todo,
Assiste cada parte em sua parte.

Não se sabendo parte deste todo,
Um braço, que lhe acharam, sendo parte,
Nos disse as partes todas deste todo”¹⁰⁴.

Este poema do escritor barroco revela a importância do catolicismo na construção da identidade brasileira tanto literária quanto histórico-cultural, não só no estado da Bahia, mas na antiga colônia como um todo. A influência da Companhia de Jesus e de todos os anos de catequização implementados no Brasil rendem frutos até aos dias de hoje, ainda que haja muitas controvérsias sobre este processo iniciado, sobretudo, por Portugal. Ainda assim, é inegável o papel central que a Igreja Católica exerceu e continua a exercer por lá, tanto que toda essa história é com certa frequência lembrada nas diversas regiões do país, inclusive, sendo temática abordada em várias instituições de ensino brasileiras, como os sermões já citados anteriormente, cujo contexto de produção e influência literária serão explorados no próximo tópico.

2.4.1 Os sermões

Sendo Padre Antônio Vieira o maior representante do Barroco no Brasil, ao lado de Gregório de Mattos, vale ressaltar que a produção literária brasileira sempre refletiu o contexto histórico relacionado àquele determinado momento. E, se pensarmos que durante o século XVII o Brasil era altamente explorado (terras, riquezas e gente) pelos portugueses, além de ter como elemento essencial a massiva e cruel catequização dos indígenas e negros, é certo que todos esses elementos aparecerão, conseqüentemente, na literatura concebida neste período. É claro que, tendo como centro o Padre Antônio Vieira, é natural que o cerne da maior parte dos seus sermões seja o viés religioso e a região do Nordeste brasileiro, especialmente o estado da Bahia, assim como Miguel Real o representa em sua obra *O Sal da Terra*.

Desse modo, conforme afirma Sicsú, “O imaginário que se manifesta no Brasil, em especial o literário, mantém, portanto, uma relação direta com a cultura, a história e a sociedade brasileira. A literatura, nesse sentido, como parte dessa cultura, não poderia

¹⁰⁴ *Idem, Ibidem*, p. 121.

deixar de ser também um dos suportes do imaginário multi e plurissignificativo do país¹⁰⁵.” Em um dos primeiros capítulos da obra de Miguel Real, aparece a figura de Gregório de Mattos, declamando um dos poemas mais característicos deste movimento literário, intitulado *Triste Bahia*:

“Do cimo da ribanceira, rodeado por um magote colorido de moleques, vinha descendo o bacharel Gregório de Mattos, de grossa botelha esverdeada na mão, improvisando versos aos reinóis patrões das lojas:

Triste Bahia! O quão dessemelhante
Estás e estou do nosso antigo estado!
Pobre te vejo a ti, tu a mim empenhado,
Rica te vejo já, tu a mim abundante.
A ti tocou-te a máquina mercante,
Que em tua larga barra tem entrado,
A mim foi-me trocando, e tem trocado
Tanto negócio e tanto negociante.¹⁰⁶”

Já em relação à cultura da época, com foco no elemento escravagista, ainda que Antônio Vieira não fosse totalmente a favor da escravidão, todos os rituais descritos na obra, assim como os personagens negros, especificamente através da figura de Mãe Sefina, são sempre vistos como nefastos e horrendos. No capítulo “Macumba vodúnica de vó Sefina para afastar os holandeses”, podemos ver com mais clareza esta situação:

“preta Sefina, barbuda, o queixo aos caracóis de pelame branco, pernas e braços peludos, penca achatada, lábios bolbudos, desgrudados por uma roucagem respirante de sopro farfalhante [...]; descalça, palmas dos pés calejosas, pedregosas, tabuosas, artelhos rochosos, coxas rijas banhosas [...].¹⁰⁷”

O próprio termo “vodu” já fora abordado por Miguel Real em seu ensaio intitulado *Padre Antônio Vieira e a Cultura Portuguesa*, trazendo uma definição antropológica ao termo e que serve como comparação ao que é retratado no romance em

¹⁰⁵ Delma Pacheco Sicsú. (2014). O Imaginário na Literatura, s/l. Revista Eletrônica Mutações, 5(9), p. 129.

¹⁰⁶ Miguel Real. (2008). O Sal da Terra, p. 32.

¹⁰⁷ *Idem*, *Ibidem*, p. 120.

questão, pois, conforme mencionado, o ritual feito por Sefina é descrito e visto como algo diabólico. Tal situação é explicada por Miguel Real, no seguinte trecho:

“Mais do que a religião, foram os rituais sangrentos do vodu que aterrorizaram os missionários cristãos e os colonos brancos. O ritual vodu impõe um conjunto de segredos (que, portanto, apenas os sacerdotes e os iniciados conhecem) sobre dois factos eminentemente religiosos: a vida para além da morte e os momentos propiciatórios em que os vodus (os «grandes» ou os «pequenos» deuses) acedem a partilhar os seus poderes com o homem (a possessão ou transe)”¹⁰⁸.

O autor ainda indica que há certa incoerência no fato de os portugueses, especialmente os clérigos daquela época, rechaçarem e condenarem os rituais das religiões de matriz africana, visto que há semelhanças entre estes e os rituais implementados pela Igreja Católica, e agora passo a citar: “A liturgia do sangue possui, por sua vez, dois significados maiores: a prova de que o iniciado se encontra possuído pelo vodu [...] e os rituais de sacrifício de animais (no passado, sacrifícios humanos), como oferta aos deuses pelas graças recebidas”. Desse modo, Miguel Real associa estes dois elementos aos rituais da eucaristia cristã, que consiste em receber o corpo (hóstia) e o sangue de Cristo (vinho), entretanto, ele afirma que “sempre que um cristão comunga da possessão e do transe divinos, consideramo-lo uma extraordinária e rara manifestação de Deus, designando-o «místico», contemplando os seus efeitos como um «milagre»”¹⁰⁹.

Na sequência do ritual de Sefina, encontramos a descrição do ritual para afastar os holandeses, do qual participavam também as mulheres brancas da cidade e o qual será interrompido pelo padre Fernão Cardim e por Antônio Vieira que, na época, ainda era um noviço jesuíta:

“negra Sefina recitou uma ladainha de jéjé, a litania dos escravos presos no cadafalso, as senhoras repetiam palavra a palavra [...] Exu, cara-de-cu, o nosso salvador, filho da África, dos pretos e dos mascarrados, mulatos e pardos, deus dos pobres, dos meliantes e traficantes, das pretas sem marido, dos moleques sem pai, dos véios desamparados, dos nagós arrancados aos seus povoados, nós, mulheres brancas de São Salvador nos arrependemos, confessamos que Cristo é o Mal, louvamos-te, derrama o teu poder sobre nós, te cultuaremos se expulsares da Bahia os cinquenta barcos holandeses”¹¹⁰.

¹⁰⁸ Miguel Real. (2008). Padre António Vieira e a Cultura Portuguesa, p. 284.

¹⁰⁹ *Idem, Ibidem*, p. 285.

¹¹⁰ Miguel Real. (2008). O Sal da Terra, p. 41.

Este capítulo da obra de Miguel Real pode ser associado a um dos mais famosos sermões de Antônio Vieira, intitulado *Sermão pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda*, visto que a luta contra os hereges ocupa uma parte relevante, não só nesta obra, mas também no contexto histórico da época. Assim como acontece em quase todo o seu repertório, Vieira inclui elementos bíblicos nos discursos que seriam proferidos para a população, e não seria diferente no sermão acima mencionado, que passo a citar:

“Exurge quare obdormis, Domine? Exurge, et ne repellas in finem. Quare faciem tuam avertis, oblivisceris inopiae nostrae et tribulationis nostrae? Exurge, Domine, adjuva nos et redime nos propter nomen tuum. (Salmo XLIII)

I

Com estas palavras piedosamente resolutas, mais protestando, que orando, dá fim o Profeta Rei ao Salmo quarenta e três. Salmo, que desde o princípio até o fim, não parece senão cortado para os tempos e ocasião presente. O Doutor Máximo S. Jerônimo, e depois dele os outros expositores, dizem que se entende à letra de qualquer reino ou província católica, destruída e assolada por inimigos da Fé. Mas entre todos os reinos do Mundo a nenhum lhe quadra melhor que ao nosso Reino de Portugal; e entre todas as províncias de Portugal a nenhuma vem mais ao justo que à miserável província do Brasil. Vamos lendo todo o Salmo, e em todas as cláusulas dele veremos retratadas as da nossa fortuna: o que fomos e o que somos”¹¹¹.

Neste trecho, Antônio Vieira afirma que o castigo com a chegada dos holandeses chegou para o lugar e para as pessoas certas, o que também é retratado na obra de Miguel Real, não através da citação deste sermão, mas por meio da figura de padre Fernão Cardim, pois ele critica os pecados cometidos na Bahia, como a grande riqueza dos brancos coexistindo com a exploração dos indígenas, dos negros e das mulheres, além do não cumprimento das leis de Deus, conclusões estas com as quais o personagem de Vieira concordara e que aparecem claramente definidas neste trecho: “ah, Bahia, terra sem sorte nem norte, são os teus pecados que atraem o mal”¹¹².

Esta certeza de que Portugal deveria sofrer com a invasão holandesa e passar por todo esse castigo, está também ligada ao fato de, principalmente Vieira, acreditar nas

¹¹¹ Antônio Vieira and Fredericus Franciscus Xaverius Smulders. (1989). *Sermão pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda*, s/l. Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro, p. 1.

¹¹² Miguel Real. (2008). *O Sal da Terra*, p. 53.

profecias daquela época e entender que seu povo era o único escolhido por Deus. Portanto, através da penitência que deveria ser paga na luta contra os hereges, os portugueses estariam a cumprir com os desejos de Deus.

Capítulo III

A construção do imaginário português

3.1 A constituição da imagem de Portugal: características tradicionais

Conforme já mencionado anteriormente, os elementos que constituem os traços comuns à identificação da cultura “suspensa no tempo” e que figuraram no imaginário, português e não só, até poucos anos atrás, continuam presentes na atualidade. Entre essas singularidades apresentadas, percebe-se que há ideias que prejudicam a constituição da identidade nacional, principalmente quando se apresenta o desejo de estar onde não está e o imobilismo conservador, visto que Portugal deseja estar num patamar acima do atual, mas, em contrapartida, existe um ideal conservador e baseado na tendência saudosista que o impede de conseguir certa independência para construir sua própria identidade. Vale ressaltar que a religião, muitas vezes, atuou como um vetor que também impediu o progresso cultural, principalmente por limitar os ideais técnicos e científicos, mantendo, desse modo, o espírito de imobilidade do povo; visão esta salientada por Miguel Real:

“Porventura como efeito de uma secular educação eclesiástica, que, como uma redoma invisível, nos tem inclinado a olhar para expressões culturais mais artísticas e menos qualificáveis, mais inspirativas e menos produto de observações contínuas e pacientes, mais atreitas à comoção psicológica e sentimental (e moral) do que à análise objectiva e rigorosa.”¹¹³

Isso significa que a nação impede a si mesma de formar sua personalidade, como pátria que preserva as memórias do passado mas que deveria compreender que é necessário haver um movimento para a frente, no sentido de preocupar-se com o presente e o futuro, para, finalmente, perder o caráter de país suspenso no tempo e passar a ser visto como um povo em movimento, não só diante da Europa mas, também, de todos os outros continentes.

Nessa perspectiva, podemos perceber que a visão de Padre Antônio Vieira ainda está presente no cotidiano português, ainda que seus ideais tenham sido constituídos

¹¹³ *Idem, Ibidem*, p. 198.

séculos atrás. A memória, portanto, faz parte da cultura portuguesa, tanto que Miguel Real resgatou n' *O Sal da Terra* este imaginário vieirinho.

3.2 Memória, História e Ficção: a permanência de Vieira no tempo

A temática apresentada por Miguel Real transita no limiar entre história e ficção, entre o real e o imaginário através da figura de Vieira e de todos os personagens que o circundam. Desse modo, o autor consegue manter viva e atemporal a memória deste jesuíta, ou seja, o autor colabora para que sua imagem não seja esquecida, tornando-a resistente ao tempo.

A partir disso, podemos dizer que a obra tem, de certo modo, uma estrutura de texto memorialista, em que o autor utiliza o discurso de Padre Antônio Vieira como base para construir todo o enredo. Acerca da memória, Matos afirma que este conceito tem ganhado grande dimensão e disseminação nos últimos tempos, principalmente com o advento da globalização. Para o autor,

“É certo que os lugares de memória e as ritualizações da memória se multiplicaram como nunca: tudo se patrimonializa, dos sítios naturais às antigas fábricas mortas, das ruínas e da sua ilusão de eternidade ao experimentalismo das artísticas, sem esquecer a multiplicação de museus, monumentos, memoriais, arquivos – tudo se comemora. A memória tornou-se objeto de consumo de massas.”¹¹⁴

Essa “ritualização da memória” é claramente vista na figura de Padre Antônio Vieira que, há muito tempo, tornou-se uma narrativa lusófona de extrema importância, sendo lembrada e explorada pelas massas, principalmente, através dos livros, da literatura, inclusive na contemporaneidade. Em relação ao específico caso da obra *O Sal da Terra*, como já é óbvio, a memória e história aliadas à ficção convergem para que Miguel Real consiga tecer seu discurso para (re)construir este personagem tão antigo, mas, também, tão presente na cultura portuguesa.

Outrossim, a pesquisadora Patrícia Porto destaca, a respeito desse assunto, que a narrativa memorialista seria o oposto de uma escrita biográfica ou autobiográfica, construída de forma linear. De acordo com Porto, a escrita memorialista, em contrapartida, “se lança às reminiscências para também pensá-las pelos seus avessos,

¹¹⁴ Sérgio Campos Matos. (2015). História, memória e ficção: que fronteiras?, p. 415-416.

nas idas e vindas, e ao pensá-las repensar ressentimentos e esquecimentos, através das falhas, das lacunas de uma história”¹¹⁵. Esta ideia também está presente na forma como Miguel Real constrói o personagem de Vieira, pois ao longo do livro vemos também o caráter negativo da colonização do Brasil, principalmente através de figuras como Mundé e Mãe Sefina, cujo principal impacto que sofreram foi a supressão de seus respectivos valores religiosos na tentativa de catequização.

Além disso, Silviano Santiago afirma que uma narrativa memorialista, seja ela moderna ou pós-moderna, é automaticamente também histórica, já que aborda um elemento passado no presente, e a obra *O Sal da Terra* utiliza exatamente essa premissa na base de seu discurso. Portanto, por mais que já tenhamos definido que este romance é de viés histórico com traços metaficcionais, ele pode ser, também, considerado uma obra memorialista, já que está claro que esses conceitos estão interligados, conforme clarifica a especialista Sheila dos Santos Silva, e agora passo a citar:

“Assim, pautamo-nos pela convicção de que memória, narrativa e história estão, no caso de obras de tradição memorialista, interligadas, não sendo possível definir com clareza as fronteiras que as delimitam ou restringem, o que impossibilita que sejam classificadas e compartimentadas em espécies de “caixas” isoladas. Isso não quer dizer, entretanto, que as tomemos por semelhantes ou sobrepostas, mas que tentamos articulá-las como fios que se entrecruzam, que se encontram, que se separam, que se distanciam e que voltam novamente a se encontrar na tessitura de uma determinada obra.”¹¹⁶

É nítida a presença da memória, não só nos personagens apresentados, mas através de todo o discurso construído ao redor da imagem de Padre Antônio Vieira, e destaque especificamente nesta parte o seu valor e ideal profético da época, que é um tema recorrente na literatura portuguesa e até nos livros de História, começando pelo Milagre de Ourique.

No capítulo d’ *O Sal da Terra* em que Vieira é encarcerado pela Santa Inquisição, durante o que seria a sua apresentação perante o Tribunal do Santo Ofício, instituição que era odiada pelo padre, ele utilizou como argumentos de defesa as profecias de Bandarra e do Quinto Império. Quando chegamos ao ano de 1666 na narrativa de Miguel Real, o personagem de Vieira, a partir daquele momento, passa a buscar qualquer sinal, milagre, um sussurro, que indicasse o novo tempo, pedindo a Mundé que também

¹¹⁵ Patrícia de Cássia Pereira Porto. (2012). Narrativas Memorialísticas: Memória e Literatura. *Revista Contemporânea de Educação*, s/l, 6(12), p. 432.

¹¹⁶ Sheila dos Santos Silva. (2016). Memorialismo: Ficção, História, Literatura Revisão Teórico-Crítica. *Revista (Entre Parênteses)*, 5(2), p. 2.

buscasse qualquer vestígio quando estivesse passando por Coimbra, enquanto Vieira estava detido.

Em termos científicos, comprova-se que esta temática está presente na construção da história e da identidade portuguesas, seja considerada como um fato histórico para alguns ou na forma de lenda, que permeia até hoje o imaginário de Portugal. Dentro dessa perspectiva, destaco o estudo realizado por Ana Isabel Buescu, em que a autora afirma que:

“Antes do século XV as crónicas que se referem a Ourique veiculam apenas a dimensão militar da batalha, sem qualquer referência à intervenção do sobrenatural. É portanto a partir do século XV que o milagre de Ourique passará a ser associado ao momento da fundação da nacionalidade, conferindo-lhe a legitimação do sagrado que será decisiva para a sua apropriação pelo discurso político, histórico e historiográfico.”¹¹⁷

Acerca dessa memória nacional, Antônio Vieira fica aos poucos desiludido e sem esperanças de que a profecia seja cumprida e, sem isso, o reino de Portugal seria, no sentido simbólico, destruído como nação. “Portugal pesava ao padre António Vieira, a destruição do sonho do Quinto Império era também a destruição do sonho de um Portugal imperial e provincial, o país ficaria, doravante, reduzido à insignificância”¹¹⁸.

Ainda de acordo com Buescu, o padre jesuíta, que melhor representa esse ideal nacionalista e proclamador da profecia,

“inscreve de modo decisivo a fundação do reino e a aparição de Cristo, primeiro e último garante do Quinto Império, no quadro do seu pensamento milenarista e messiânico. Vieira vê nas palavras de Cristo - “Volo in te et in semine tuo, imperium mihi stabilire” - a promessa de um império cristão universal, encarnado por um descendente do primeiro rei português. Destino e vocação imperiais, realidade a cumprir, implícita nas palavras de Cristo ao fundador do reino”¹¹⁹.

Por conseguinte, fica evidente que Miguel Real, ao selecionar a temática desta obra, utilizou as memórias (de outros autores que falam sobre Vieira e de obras escritas pelo próprio padre) para costurar os caminhos necessários ao processo de dar vida, novamente, a este elemento histórico português. À História, que serviu de base ao seu

¹¹⁷ Ana Isabel Buescu. (1996). A profecia que nos deu pátria: o milagre de Ourique na cultura portuguesa (séculos XV-XVIII). In Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães (Vol. 3), p. 199.

¹¹⁸ Miguel Real. (2008). O Sal da Terra, p. 322.

¹¹⁹ Ana Isabel Buescu. (1996). A profecia que nos deu pátria: o milagre de Ourique na cultura portuguesa (séculos XV-XVIII), p. 201.

romance, acrescentou os elementos memorialísticos que melhor lhe convinham para dar vida a esta obra de ficção, atuando de certa forma como historiador e ficcionista, sem deixar de mencionar, obviamente, os temas que são caros ao seu povo, além daqueles que em alguns momentos não deixaram saudade, mas que, apesar disso, formam parte do orgulho e do ideal portugueses.

3.3 Padre Antônio Vieira: o mito português do século XXI

Dentro da literatura portuguesa que tem como Portugal a temática principal, ouso dizer que há dois autores que desenvolvem duas linhas de pensamento distintas mas que são, também, convergentes. O primeiro deles seria Luís de Camões, cujo maior feito foi imortalizar a glória portuguesa através da história das grandes navegações, misturando memória e mitos na construção d' *Os Lusíadas*. E o segundo é Padre Antônio Vieira, que surgiu como consequência das grandes navegações e, assim como Camões, tentou reforçar a glória de sua pátria através de mitos, ainda que para ele fossem realmente ideais proféticos e que estariam prestes a suceder; Vieira, especificamente, tenta elevar sua pátria àquela que seria a escolhida para unificar o Reino de Deus na Terra, dando ainda um maior valor a este futuro feito português do que aquele que Camões retratou em sua obra. Estes dois autores, portanto, reúnem a maior parte da História de Portugal que até hoje é objeto de estudo e serve de base para a própria literatura, não só portuguesa, sendo esta a origem de tudo, mas também para a literatura brasileira, representando inicialmente um dos desfechos da expansão ultramarina portuguesa.

Entretanto, enquanto Camões utiliza o mito intencionalmente e racionalmente como estratégia discursiva para cumprir seu objetivo, Vieira vive o mito de forma emocional, ainda que sob o seu ponto de vista a interpretação da Bíblia seja o seu escopo científico. É claro que o fato de ser um padre jesuíta torna essa perspectiva muito mais viável e aceitável em seu cotidiano, e torna-se também o tema principal e essencial de todas as suas obras, desde um simples sermão até à sua *História do Futuro*, por exemplo. Besselaar, sobre este ponto, afirma que Vieira é um realista fantástico, que acaba muitas vezes por cair em contradição em virtude de suas crenças. De acordo com o autor:

“Espanta-nos ver tanta lucidez e tanta alucinação combinadas no mesmo homem. Deixa-nos perplexos um atento observador das realidades terrestres que, ao mesmo tempo, sempre sonhava com uma intervenção do Céu nos

negócios humanos – sonho tantas vezes desmentido pelos factos, mas cada vez de novo fundado com argumentos especiosos. É raro encontrarmos, na história da cultura ocidental, tão perene convívio de duas tendências e faculdades igualmente fortes. Caso paralelo poderia ser o de Augusto Comte, que tão inteligentemente analisou as ciências positivas e, ao mesmo tempo, foi o cego propagandista de uma extravagante Religião da Humanidade. Assim como Vieira estava convencido da próxima instauração do Reino de Cristo na terra, assim Comte acreditava firmemente que, dentro de alguns anos, poderia pregar a sua nova religião na Notre-Dame de Paris.”¹²⁰

Além de realista fantástico, Antônio Vieira pode também ser visto simplesmente como um sonhador, pois tudo aquilo que ele queria que se concretizasse era apenas para comprovar todos os seus longos estudos a respeito do desejo de que Portugal conseguisse ser o império que unificaria toda a nação e, conseqüentemente, a própria religião. A diferença de Vieira para outros profetas estaria no fato de que, para ele, havia uma data e circunstâncias exatas para a concretização das profecias.

Desse modo, além de “saber” quando sua espera chegaria ao fim, ele também atuou como agente deste processo, pois trabalhou arduamente para que este tempo chegasse, inclusive através de suas investidas no campo diplomático, ainda que de modo extraoficial, que garantiram grande espaço na obra *O Sal da Terra*, através dos sermões, por exemplo, e até das cartas trocadas com a rainha D. Luísa. Dentre elas, destaco a que lhe enviou aquando da morte de D. João IV, que morreu antes de concretizar a profecia. Foi por causa desta, em que Vieira afirma que o rei morto ressuscitará, que ele passa a ser investigado pelo Tribunal do Santo Ofício.

Sob esse viés, concordo com as palavras de Rossato, ao afirmar que o discurso de Vieira é “uma unidade retórico-político-teológica, em que todos os temas estão unidos sob a mesma égide, que se funda na constatação da onipresença divina no mundo e na necessidade, por exemplo, de a política ser feita sob uma base teológica. De fato, não poderia ser diferente para o mundo católico pós-tridentino”¹²¹. Entretanto, apesar de ser fielmente crente aos ensinamentos da Igreja, Vieira não estava alienado do que acontecia no mundo, principalmente no que diz respeito ao regime político da época, e sua posição sempre foi muito clara e firme, conforme já mencionado brevemente no Capítulo 2.

Conforme afirma Besselaar, para Vieira:

¹²⁰ José van den Besselaar. (1981). Antônio Vieira: o homem, a obra, as ideias, p. 81-82.

¹²¹ Marcus de Martini Noeli Dutra Rossato. (2011). Milenarismo na obra profética de Padre Antônio Vieira, (43). Santa Maria: *UFSM Letras*, p. 173.

“o Progresso, apesar de reconhecido e valorizado positivamente por ele, não é ainda um processo completamente autónomo: continua integrado num mundo sacral e argumentado com textos bíblicos. E com tanta mais razão se pode dizer que o Quinto Império, anunciado por Vieira, não é o termo de uma evolução natural, e que, apesar de exigir a colaboração humana, constitui um golpe de teatro sobrenatural. Feitas essas devidas restrições, devemos reconhecer, porém, que as especulações teológicas sobre a Bíblia possibilitaram e prepararam o terreno para especulações filosóficas, as quais, numa sociedade secularizada, acabariam por ser completamente desligadas do seu fundo bíblico e, muitas vezes, dirigidas contra a própria Bíblia”¹²².

Ou seja, o embasamento que Vieira utilizava para todas as esferas da sociedade era sempre religioso, o que torna seu discurso bastante coerente. E, até ao momento em que se torna réu no Tribunal do Santo Ofício e tem sua condenação, ele mantém firmes as suas convicções. O único instante em que ele vai duvidar de sua própria crença virá quando a profecia, a qual ele tinha certeza de que findaria, não acontece. A partir dali, todo o seu discurso perde a sustentação.

No capítulo em que Vieira é solto, em 1667, Miguel Real escreve que o padre “entrara um religioso ousado, um sacerdote audaz, um pregador arrojado, saíra um religioso resignado e um clérigo ajustado às circunstâncias”¹²³. Entretanto, ao final da obra, Vieira diz que a profecia não se cumpriu porque ele fez uma interpretação equivocada dos fatos. Dentro da sua perspectiva, ele estava mesmo certo o tempo todo, apenas havia usado os meios errados, e até agradeceu às palavras de Mundé, que o fizeram despertar e conseguir enxergar a verdadeira profecia: “o Quinto Império é possível, não se chamará assim, chamar-se-á, ó bem-aventurado padre Fernão Cardim, como o sabias desde o sertão da Bahia, Reino Universal de Cristo na Terra”¹²⁴ e assim, como escreve Miguel Real, “O padre Vieira renascera”¹²⁵.

Esse renascimento de Vieira não acontece só com o personagem criado por Miguel Real n’ *O Sal da Terra*, mas a figura deste jesuíta faz-se presente na contemporaneidade através deste autor português. Digo até que Vieira já é “móvel da casa”, expressão que aprendi com meus colegas portugueses e que acredito fazer sentido neste contexto. Padre Antônio Vieira pode ser considerado, portanto, um autêntico mito português, no sentido apresentado por Moyers.

¹²² José van den Besselaar. (1981). Antônio Vieira: o homem, a obra, as ideias, p. 93.

¹²³ Miguel Real. (2008). *O Sal da Terra*, p. 327.

¹²⁴ *Idem, Ibidem*, p.330.

¹²⁵ *Idem, Ibidem*, p. 330.

Para o autor, “Mitos são histórias de nossa busca da verdade, de sentido, de significação, através dos tempos. Todos nós precisamos contar nossa história, compreender nossa história”¹²⁶. A História recente de Portugal está, como é óbvio, estritamente ligada à expansão marítima e ao conseqüente processo de envangelização/disseminação da religião católica, que mais tem expressão através da figura deste jesuíta. E, para contar sua história, Portugal e os portugueses precisam utilizar a imagem de Vieira, assim como Miguel Real faz n’ *O Sal da Terra* e tantos outros autores também já fizeram.

Portanto, a presença deste personagem histórico na literatura é necessária para que se conte e reconte a História do povo português, e é através das memórias dessas histórias, que são passadas de geração para geração, que o mito Padre Antônio Vieira é lembrado, estudado, analisado e perpetuado, até surgir um outro mito que, no futuro, faça mais sentido para o momento em que a cultura portuguesa venha a se encontrar. O próprio Miguel Real escreve acerca de Nossa Senhora de Fátima, que é considerada pelo autor como o novo D. Sebastião para os portugueses.

De todo o modo, a simbologia presente neste jesuíta continua a fazer sentido na construção do imaginário português atual, principalmente por causa da religião católica que, por mais que tenha perdido espaço para outras vertentes religiosas, ainda se mantém viva e desperta neste país. Assim sendo, seja através das obras de Miguel Real, ou de outros autores, ou até mesmo desta dissertação de mestrado, Padre Antônio Vieira permanece presente e latente na história e na literatura lusófonas contemporâneas, mostrando a importância da memória para a construção do imaginário português e da própria cultura portuguesa.

¹²⁶ Joseph Campbell, & Bill Moyers. (2022). O poder do mito. São Paulo: *Palas Athena Editora*, p.16.

Conclusão

Padre Antônio Vieira foi um dos mais importantes escritores e oradores do período Barroco em Portugal e no Brasil colonial. Ele era conhecido por seus sermões eloquentes e influentes, nos quais abordava uma variedade de temas, incluindo questões sociais, políticas e religiosas, o que fica claro não só na obra de ficção *O Sal da Terra*, mas também nos próprios escritos de Vieira como personalidade histórica. Além de ser um defensor dos direitos dos povos indígenas e escravos durante o século XVII, era também um crítico das injustiças e abusos cometidos contra esses grupos, característica que Miguel Real também abordou em seu livro. Em virtude do papel relevante desempenhado como jesuíta, é nítido que esta figura era a favor da manutenção da unidade do Império Português e pregava a tolerância religiosa (presentes na obra através dos personagens Mundé e Mãe Sefina, principalmente), o que fez com que suas obras literárias e oratórias fossem consideradas elementos importantes na construção da identidade cultural luso-brasileira.

Através da abordagem feita por Miguel Real, esta obra encaixa-se na perspectiva que Hutcheon faz acerca do pós-modernismo, ao afirmar que o passado está presente nas relações pós-modernas. Mais ainda, este passado, representando por Vieira, revive com entusiasmo o passado histórico (e de glória) que não terminou, como já afirmou Maria de Fátima Marinho, visto que este personagem é parte da construção da identidade portuguesa. Desse modo, fica claro que a obra supracitada faz parte do gênero Romance Histórico, que é construído com bastante solidez com base nas fontes, havendo, não obstante, espaço a certos traços metaficcionalis que o autor utiliza para construir a narrativa, cujo narrador é não participante, heterodiegético e onisciente, através da mescla ou da alternância de elementos da esfera da História e da Ficção.

Destacamos, ainda, a importância destes elementos ficcionais e históricos presentes na obra, pois é através deles que o autor consegue reavivar a Memória lusófona, por via do Mito que Vieira representa. A relação de Padre Antônio Vieira com o imaginário religioso é profunda, já que a Companhia de Jesus desempenhou um papel significativo na disseminação do cristianismo e na promoção da fé católica em Portugal e no mundo. Sua dedicação à religião e sua devoção à Virgem Maria (representada por Nossa Senhora das Maravilhas n' *O Sal da Terra*), em particular, contribuíram para a construção da identidade religiosa portuguesa.

Ao trazer este mito para a atualidade, deparamo-nos com a figura de Nossa Senhora de Fátima, cuja conexão se dá por meio do contexto religioso de Portugal. Nossa

Senhora de Fátima é uma figura central na fé católica em Portugal, e sua aparição aos três pastorinhos em Fátima, em 1917, é um dos eventos religiosos mais importantes da história portuguesa, tornando esta devoção uma parte fundamental da identidade religiosa e cultural em Portugal, que veio para substituir, além de D. Sebastião como o próprio Miguel refere, o mito do Quinto Império tão aclamado por Vieira.

Embora Padre Antônio Vieira tenha vivido muito antes das aparições de Fátima, sua contribuição para a fé católica e sua influência na retórica religiosa tiveram um impacto duradouro na forma como os portugueses encaram sua religião e espiritualidade. Sua dedicação à fé e sua defesa dos valores cristãos ressoam profundamente no imaginário religioso de Portugal, tanto que sua vida e obra fazem parte, até hoje, da literatura lusófona. *O Sal da Terra* é mais uma prova dessa intemporalidade. Portanto, ao representar temáticas importantes e ainda muito atuais, esta figura histórica contribui para a produção literária pós-moderna, no sentido de ser um elemento necessário para explicar não só a identidade portuguesa, mas também toda a História que aconteceu em Portugal desde o século XVII até à atualidade. Percebendo a relevância que Vieira representa no imaginário português, Miguel Real conseguiu através d' *O Sal da Terra* manter viva a memória deste personagem e mesclar seus ideais à realidade do século XXI, ressignificando, à sua maneira, a trajetória deste jesuíta através de elementos reais e ficcionais.

Referências Bibliográficas

- Arnaut, A. P. (2010). Post-Modernismo: o futuro do passado no romance português contemporâneo. *Via Atlântica*, (17), p. 129-140, consultado em: 14/03/2023.
- Barreto, L. F. (1997). “O sentido da expansão portuguesa no mundo (séculos XV-XVII)”. In *Revista da Administração Pública de Macau*, n.º 36, vol. X. Macau: *Imprensa Oficial de Macau*.
- Besselaar, J. J. (1981). António Vieira: o homem, a obra, as ideias. Lisboa: *Biblioteca breve*.
- Buescu, A. I. (1996). A profecia que nos deu pátria: o milagre de Ourique na cultura portuguesa (séculos XV-XVIII). In *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães* (Vol. 3), p. 197-210.
- Camargo, F. P., Franca, V. G., and de Faria, Z. (2018). *Literatura e Metaficção*. Goiânia: *Editora de Imprensa Universitária*.
- Campbell, J., & Moyers, B. (2022). *O poder do mito*. São Paulo: *Palas Athena Editora*.
- Caragea, Mioara: s.v. “História”, E-Dicionário de Termos Literários (EDTL), coord. de Carlos Ceia, ISBN: 989-20-0088-9, <<http://www.edtl.com.pt>>, consultado em 06/08/2023.
- Carvalho, J. B. D. (1974). Rumo de Portugal. A Europa ou o Atlântico? (Uma perspectiva histórica). Lisboa: *Livros Horizonte*.
- Chiappini, L., & Leite, M. (1997). *O foco narrativo*. São Paulo: *Ática*.
- Chuva, M. (2003). Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. Rio de Janeiro: *Topoi*, 4, p. 313-333.
- Cosson, R., & Schwantes, C. (2005). Romance histórico: as ficções da história. *ITINERÁRIOS–Revista de Literatura*, p. 29-37.
- de Souza, F. R. M. (2017). Tipos de narrador e novas discussões em narratologia. s/l. *Nova Revista Amazônica*, 5(3), 129-137.
- dos Santos Silva, S. (2016). Memorialismo: Ficção, História, Literatura Revisão Teórico-Crítica. *Revista (Entre Parênteses)*, 5(2), p. 1-20.
- Ferrari, S. AFL. (2011). Estrutura narrativa na pós-modernidade. *XII Congresso Internacional da ABRALIC. Centro, Centros–Ética, Estética*. UFPR, Curitiba.

Freitas, L. G. (2014). O sal da guerra: padre Antônio Vieira e as tópicas teológico-jurídicas na apreciação da guerra justa contra os índios. Uberlândia: *Universidade Federal de Uberlândia*.

Gobbi, M. V. Z. (2004). Relações entre ficção e história: uma breve revisão teórica. s/l, In *ITINERÁRIOS—Revista de Literatura*, p. 29-37.

Hutcheon, L. (1989). *Historiographic metafiction parody and the intertextuality of history*. Johns Hopkins University.

Hutcheon, L. (1991). *Narcissistic Narrative: The Metafictional Paradox*, p. 21, *cit. apud* Camargo, Flávio Pereira, Vanessa Gomes Franca, and Zênia de Faria. *Literatura e Metaficção*. (2018).

Hutcheon, L. (1991). *The Politics of Postmodernism*, London: *Routledge*.

Jacomel, M. C. W., and Silva, M. C. (2007). Discurso histórico e discurso literário: o entrelace na perspectiva da metaficção historiográfica. *Anais do Celli—Colóquio de estudos lingüísticos e literários* 3, p. 740-748.

Luís, A. A. D. C. (2023). *Estudos sobre a expansão portuguesa*. Covilhã, LusoSofia: *Press*.

Luís, C. S. G. X. (2011). *Língua e Estilo: um estudo da Obra Narrativa de Mário Cláudio*. Vila Real: *Centro de Estudos em Letras da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro*, p. 216.

Luís, C. S. G. X. (2016). Língua Portuguesa e Lusofonia em Miguel Real, in Alexandre António da Costa Luís; Carla Sofia Gomes Xavier Luís & Paulo Osório (Org.), *A Língua Portuguesa no Mundo: passado, presente e futuro*. Lisboa: *Edições Colibri e Universidade da Beira Interior*, p. 47-95.

Luís, C. S. G. X. (2018). Para uma Leitura de Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa, de Miguel Real. in *Revista TriploV. Série Gótica*. Primavera 2019, disponível em <https://triplov.com/revistaTriplov/para-uma-leitura-de-tracos-fundamentais-da-cultura-portuguesa-de-miguel-real/>, (acesso em 21/11/2020), s/l.

Luís, C. S. G. X., Rita, A., & Luís, A. A. D. C. (2022). *Miguel Real-40 anos de escrita: literatura, filosofia e cultura*. Covilhã, LusoSofia: *Press*.

Magalhães, L. H. (2000). A questão da alteridade e a restauração portuguesa na obra do Padre Antônio Vieira. *Revista do Centro de Estudos Portugueses*, s/l, 20(27), p. 321-337.

Marinho, M. F. (1999). *O Romance Histórico em Portugal*. Porto: *Campo das Letras*.

- Martins, C. O. (2013). Miguel Real e as narrativas históricas do ciclo brasileiro: as ficções do Império e as imagens do Brasil colonial. Veredas: *Revista da Associação Internacional de Lusitanistas*, (20), p. 35-54.
- Matos, S. C. (2015). História, memória e ficção: que fronteiras? *História Da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, 8(17). Ouro Preto, s/l, consultado em: 23/04/2023.
- Mayer, S. L. (2010). Jesuítas no estado do Maranhão e Grão-Pará: convergências e divergências entre Antônio Vieira e João Filipe Bettendorff na aplicação da liberdade dos índios. São Leopoldo: *Unisinos*.
- Nunes, J.M S.: s.v. “Ficção”, E-Dicionário de Termos Literários (EDTL), coord. de Carlos Ceia, ISBN: 989-20-0088-9, s/l. <<http://www.edtl.com.pt>>, consultado em 06-08-2023.
- Oliveira, R. T. (2016). Perspectivas estruturantes: contribuições da narratologia pós-clássica para o estudo da focalização narrativa. *Revista da Anpoll*, 1(41), p. 107-117, consultado em: 11/02/2023.
- Pomian, K., & Maluf, M. (2003). História e ficção. São Paulo: *Projeto História - Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, p. 11-45.
- Porto, P. (2012). Narrativas Memorialísticas: Memória e Literatura. *Revista Contemporânea de Educação*, s/l, 6(12), p. 432-448.
- Real, M. (2019). “João Morgado: os limites do Humano”, s/l, in *Jornal de Letras, Artes e Ideias*.
- Real, M. (2012). O Romance Português Contemporâneo: 1950-2010. Lisboa: *Editorial Caminho*.
- Real, M. (2008). *O Sal da Terra*. Lisboa: *QuidNovi*.
- Real, M. (2008). Padre António Vieira e a Cultura Portuguesa. Lisboa: *QuidNovi*.
- Redies, A. B., & da Silva Castela, G. (2014). Delimitação estética e histórica do Barroco. Cascavel: *Edunioeste*, p. 1-11.
- Rita, A. (2020). *Teolinda Gersão : encenações : 80 anos de vida, 40 de escrita literária*; pref. Miguel Real. - 1ª ed. - Lisboa : *Esgotadas*.
- Rossato, M. D. M. N. D. (2011). Milenarismo na obra profética de Padre Antônio Vieira, (43). Santa Maria: *UFSM Letras*, p. 171-196.

- Santos, J. E. F., & Massimi, M. (2005). Nossa Senhora das Maravilhas: corpo e alma de uma imagem, s/l. . *Memorandum: Memória e História em Psicologia*, 8, p. 116-129.
- Saramago, J. (2000). A história como ficção, a ficção como história, s/l. *Revista de Ciências Humanas*, (27), p. 9-17.
- Sicsú, D. P. (2014). O Imaginário na Literatura, s/l. *Revista Eletrônica Mutações*, 5(9), p. 129-132.
- Silva, J. M. A. (2008). Padre António Vieira: do mito de Ourique à utopia do Quinto Império. Coimbra: *Coimbra University Press*.
- Silva, K. V. (2005). O barroco mestiço: sistema de valores da sociedade açucareira da América Portuguesa nos séculos XVII e XVIII, s/l. *Mneme-Revista de Humanidades*, 7(16).
- Soares. M. L. C. (2007). Nas Encruzilhadas do Século XX: António Sardinha e Teixeira de Pascoaes. Vila Real: *Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro*.
- Soares. M. L. C. (2022). Miguel Real 40 anos de escrita: Literatura, Filosofia e Cultura. Covilhã, LusoSofia: Press, Universidade da Beira Interior.
- Vieira, A., & Smulders, F. F. X. (1989). Sermão pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda, s/l. Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro.
- Vieira, M. C. S. (2016). A metaficção em Mário de Carvalho, s/l, Dissertação de Doutoramento em Estudos Portugueses na especialidade de Literatura Portuguesa apresentada à Universidade Aberta.
- Torgal, L. R., et alii. (1998). História da História em Portugal. Séculos XIX e XX, vol. 2. Lisboa: Temas e Debates.

Apêndice

Entrevista a Miguel Real

Por Ana Paula Pernambuco Oliveira

Esta entrevista foi realizada no início dos estudos desta dissertação, em 2021, e serviu de preparação e orientação sobre a forma como seria abordada a figura de Padre Antônio Vieira, através do que o próprio autor, gentilmente, respondeu. Segue, neste Apêndice, a entrevista original e na íntegra.

1. ANA PAULA: Conforme vemos em muitas de suas obras sobre a cultura portuguesa, a temática do Sebastianismo e da teoria do Quinto Império se fazem presentes na construção da identidade de Portugal. O fato de ter escolhido falar sobre Padre Antônio Vieira (um dos grandes defensores e disseminadores dessas teorias) tem relação exclusiva com essas abordagens históricas ou há outro motivo?

MIGUEL REAL: Sim, sobretudo, mas também com os estudos que levei a cabo sobre o sebastianismo (Nova Teoria do Sebastianismo, 2014) e sobre Fernando Pessoa. Se tudo correr bem, este último será publicado em 2022. O Quinto Império, na sua versão Sebastianista (Bandarra, D. João de Castro Neto, frei Sebastião de Paiva, P. António Vieira, Fernando Pessoa) é não só um mito permanente na cultura portuguesa desde a segunda metade do século XVI como influenciou a personalidade cultural dos portugueses, um povo passivo, resignado, que aguarda permanentemente um Outro que o venha resgatar.

2. ANA PAULA: Ao longo da obra, há momentos de descrição dos rituais e costumes indígenas. O personagem Mundé, índio que mais aparece na trama por ser acompanhante e fiel escudeiro de Vieira, acaba por mostrar que o ideal do índio preguiçoso e molenga (estereótipo amplamente divulgado, inclusive, até aos dias de hoje) não retrata a realidade de vida desses povos. A representação feita sobre o índio neste livro, portanto, mostrando o outro lado que quase sempre permaneceu escondido, é uma tentativa de romper com os estereótipos seculares a respeito desse povo?

MIGUEL REAL: Exatamente. Acompanhando o padre Vieira, Mundé liberta-se dos estereótipos sociais atribuídos ao índio desde os Bandeirantes de São Paulo. Repare que, na peça de teatro, Mundé entra em conflito com o próprio D. João IV e a rainha Luísa de Gusmão, que não percebiam por que Vieira se acompanhava sempre de Mundé. Tentei

atribuir a este as qualidades que Pêro Vaz de Caminha descreve na sua carta sobre o achamento do Brasil: maior sensibilidade que racionalidade e sensualidade à flor da pele.

3. ANA PAULA: Em seu livro *Traços fundamentais da cultura portuguesa*, o saudosismo é amplamente abordado e n' *O Sal da Terra* ele acaba por estar presente em toda a trajetória e no discurso do Padre Antônio Vieira, que impacta naquele presente e no futuro próximo que ele esperava vivamente (o ano de 1666). Levando em consideração que praticamente toda a vida de Vieira foi construída com base no mito do Sebastianismo e nas profecias de Bandarra, há alguma crítica implícita relacionada ao saudosismo que existe até hoje em Portugal?

MIGUEL REAL: o tema do Saudosismo foi criado pelo escritor e filósofo Teixeira de Pascoaes, transformando esse sentimento, que até então era apenas referido como um dos sentimentos mais importante dos portugueses (cf. *Arte de Ser Português*, 1915), num movimento cultural e no coração cultural e ontológico de Portugal (a “Renascença Portuguesa”). Agostinho da Silva (19'6-1994), contra Teixeira de Pascoaes, tornou famosa a expressão “ter saudades do futuro”, ligando o sentimento de saudade ao Quinto Império: ter saudades de um tempo futuro de abundância, paz e harmonia, que um dia haverá. É este tipo de saudade que é vivido por Vieira, quando Cristo regressasse pela segunda vez à Terra, não tipo de saudade comum, o desejo de um retorno a momentos gloriosos na história de Portugal.

4. ANA PAULA: Ainda sobre o tema da pergunta anterior, na visão de Miguel Real, a busca e esperança incessantes no elemento transcendente, edificado em símbolos sempre cristãos-católicos, como ocorreu com Vieira e, atualmente, como acontece com a imagem de Nossa Senhora de Fátima, por exemplo, são características constitutivas da identidade portuguesa e tendem a sempre se repetir em virtude do saudosismo que se instaurou séculos atrás?

MIGUEL REAL: Padre Antônio Vieira era sacerdote, convivia diariamente com o transcendente, a espiritualidade. Portugal tem 800 anos de catolicismo, que se lhe entranhou no corpo e na mente como uma segunda pele ou como um inconsciente permanente. Como diziam Saramago que se confessava ateu, e Eduardo Lourenço, agnóstico, ainda que não praticantes, eram culturalmente “cristãos” porque assim tinham sido educados. Não é possível perceber a identidade portuguesa amputando-a do elemento religioso. Por isso, a Nossa Senhora de Fátima surge, para muitos portugueses,

sobretudo portuguesas, como o centro atual de um movimento sebastianista sem D. Sebastião.

5. ANA PAULA: Levando em consideração que o Brasil foi “construído” basicamente por portugueses e por seus ideais, embora constitua também um “melting pot” de povos e culturas distintas, como Miguel Real justificaria o fato de o sentimento de saudade ser tão presente, até hoje, no cotidiano português e não estar presente, de igual modo, na cultura brasileira?

MIGUEL REAL: Como referi atrás, o “saudosismo” foi um movimento cultural criado por Teixeira de Pascoaes no princípio do século XX, elevando o sentimento de saudade a coração cultural de Portugal. Ainda que teorizado por autores anteriores (pelo menos desde o rei D. Duarte), foi o regime conservador e autoritário do Estado Novo (1926 – 1974) que erigiu e propagandeou a saudade como o mais importante sentimento dos portugueses, tornando, por exemplo, o Fado como canção nacional.

O sentimento de saudade parece provir tanto da partida dos portugueses para o território do Império como, igualmente, de uma forte emigração desde o século XVII. As famílias eram separadas dos seus membros, pais de filhos, maridos de mulheres, transformando a terra natal num local apazível: A Ana Paula repare que já em 1509 Gil Vicente escreveu e representou o Auto da Índia, no qual, em vez de cantar as glórias dos portugueses nas Índia, canta uma separação forçada entre os marinheiros e as suas mulheres. Assim, ao longo meio milénio, a distância (geografia) e a separação (laços sentimentais) criaram o húmus próprio do sentimento de saudade. NO século XX, a emigração de mais de um milhão de portugueses só na década de sessenta e os 13 anos de Guerra Colonial deram um valor qualitativo muito grande à saudade.

6. ANA PAULA: As ordens religiosas tiveram papel singular na história de Portugal e, principalmente, grandes e graves consequências para o Brasil. O fato, portanto, de haver uma imagem negativa da presença dos jesuítas em território brasileiro, por ter como consequência uma espécie de etnocídio cultural através da catequização compulsória dos índios, corrobora para uma crítica a respeito dos conceitos de “bem” e “mal” em relação aos atos ocorridos com justificativa e respaldo religioso? Essa é uma crítica direta de Miguel Real, feita intencionalmente com esse propósito, ou é apenas a constatação de um fato histórico, que colabora para a construção do caráter subversivo historicamente atribuído à figura de Vieira?

MIGUEL REAL: É uma constatação de natureza histórica, mas também contribui para a singularidade cultural e religiosa de Vieira. Não foi por acaso que foi expulso pelos reinóis do Grão-Pará e do Maranhão. E, vindo para Lisboa, os dominicanos trataram de o prender. Os índios tinham sido e continuaram a ser não apenas catequizados, mas sobretudo explorados violentados. Não por acaso, Vieira fala com eles em tupi e, como sacerdote, tenta eliminar a poligamia e o canibalismo, hábitos civilizacionais do povo tupi. O estudo da História serve-me para que, adaptada ao futuro, se não repitam os erros violentos e desumanos do passado – etnocídios, domínios de povos europeus sobre povos colonizados, exploração económica...

7. ANA PAULA: O interesse pelo Brasil, expresso em várias obras do designado “ciclo brasileiro”, além do Atlântico. A Viagem e os Escravos (2005) e d’As Missões. Bandeirantes, Jesuítas e Guaranis (2009), se dá por questões de lusofonia e de relação colonizador-colonizado ou porque Vieira é um grande nome na história dos dois países e direto influenciador da cultura luso-brasileira?

MIGUEL REAL: O grande motivo do interesse pelo Brasil residiu numa bolsa de estudo de quatro meses em 2001, do Centro Nacional de Cultura para eu visitar todos os locais onde padre António Vieira vivera – esta é a origem de todos os livros meus sobre o Brasil: ensaios, livros de viagem e romances. Durante 10 anos regressei todos os anos ao Brasil, pelo menos um mês, por vezes um mês e meio. Misturados com romances de personagens e temas portugueses, assim nasceram os romances Memórias de Branca Dias (2003), A Voz da Terra (2005), O Último Negreiro (2006), O Sal da Terra (2008), A Guerra dos Mascates (2011). Em 2011, recebi um convite para ir à Índia (O Feitiço da Índia, 2012), no ano seguinte um convite para ir a Macau (A Cidade do Fim, 2014). Foi assim que, involuntariamente, o azimute das viagens se alterou, e o Brasil começou a ficar, não esquecido, nunca esquecerei as cidades brasileiras onde vivi ou pernoitei, mas submerso entre os convites orientais e, igualmente, os convites para dar cursos ou conferências de cultura portuguesa. De um modo simples e direto, digamos que fui para o Brasil para estudar o padre António Vieira e acabei por me apaixonar pelo país e pelas gentes, daí a dispersão geográfica e temática dos meus livros sobre este país.

8. ANA PAULA: Por que escolheu como título “O Sal da Terra”? O que, ou quem, ele representa no contexto da obra (século XVII) e qual correspondência poderia ser feita com os atuais Brasil e Portugal, num contexto histórico-político-social, em sua opinião?

MIGUEL REAL: “O Sal da Terra” é uma expressão de padre António Vieira. Padre António Vieira - Sermões, I, p. 195, edição da Editora Sá da Costa, prefácios e notas de António Sérgio e Hernâni Cidade, vol. X, 1996, 2.^a edição.